



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Helen Tomaz da Silva Brito

**A Nova Fronteira do Capital Chinês: Reconfiguração do Semiárido Nordeste como
Território de Interesse Estratégico**

Monografia

**JOÃO PESSOA-PB
2025**

HELEN TOMAZ DA SILVA BRITO

**A Nova Fronteira do Capital Chinês: Reconfiguração do Semiárido Nordeste como
Território de Interesse Estratégico**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais do Centro de Ciências
Sociais Aplicadas (CCSA) da
Universidade Federal da Paraíba
(UFPB), como requisito parcial para
obtenção do grau de bacharel(a) em
Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Rosângela
Palhano Ramalho

Coorientador: Prof.^o Dr. Lucas Milanez
de Lima Almeida

JOÃO PESSOA
2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B862n Brito, Helen Tomaz da Silva.

A nova fronteira do capital chinês: reconfiguração do semiárido nordestino como território de interesse estratégico / Helen Tomaz da Silva Brito. - João Pessoa, 2025.

82 f. : il.

Orientação: Rosângela Palhano Ramalho.

Coorientação: Lucas Milanez de Lima Almeida.

TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Centro-periferia. 2. Investimento chinês. 3. Semiárido nordestino. 4. Energia. I. Ramalho, Rosângela Palhano. II. Almeida, Lucas Milanez de Lima. III. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327(043)

HELEN TOMAZ DA SILVA BRITO

**A NOVA FRONTEIRA DO CAPITAL CHINÊS: RECONFIGURAÇÃO
DO SEMIÁRIDO NORDESTINO COMO TERRITÓRIO DE INTERESSE ESTRATÉGICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais do Centro
de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da
Universidade Federal da Paraíba (UFPB),
como requisito parcial para obtenção do grau
de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 30 de setembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Rosângela Palhano Ramalho – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof. Dr. Alexandre Cesar Cunha Leite
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Profa. Ma. Júlia Silva Rensi
Pesquisadora da Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG

RESUMO

Este trabalho investiga como os investimentos chineses no Semiárido nordestino estão reconfigurando a divisão espacial do trabalho no Brasil e atualizam as formas de organização do espaço periférico sob o neoliberalismo. Historicamente tratado como espaço-problema pelas políticas nacionais de desenvolvimento, o Semiárido passou a atrair, a partir da última década — e de forma mais intensa após 2019 —, aportes estrangeiros em setores estratégicos como energia renovável, infraestrutura e escoamento de *commodities*. A pesquisa, de natureza qualitativa, baseia-se em análise bibliográfica e documental, e utiliza como referencial teórico os aportes de Celso Furtado, David Harvey e Milton Santos, Ruy Mauro Marini. O objetivo é compreender se essa nova centralidade territorial representa uma superação da condição histórica de marginalização ou se atualiza mecanismos clássicos de subdesenvolvimento e dependência, ressignificando o Semiárido e o inserindo no funcionamento do capitalismo global. Os objetivos específicos incluem mapear os Estados do Semiárido nordestino que recebem investimentos chineses e os setores econômicos envolvidos; analisar o volume, a origem dos recursos e os instrumentos institucionais que viabilizam esses aportes; e investigar os efeitos territoriais desses investimentos, como alterações nas cadeias produtivas, no uso da terra e na infraestrutura regional. Os resultados encontrados foram que a relação China-Semiárido reforça a lógica centro-periferia de dependência, uma vez que o foco dos investimentos se concentram em setores estratégicos para os chineses: importação de petróleo brasileiro para sustentar a matriz energética chinesa e investimento em energias renováveis e no setor de manufatura (especialmente de produção automotiva) para canalizar o capital chinês excedente e inundar a economia brasileira com produtos chineses, deteriorando os termos de troca do Brasil.

Palavras-chave: Centro-periferia; energia; investimento chinês; semiárido nordestino.

ABSTRACT

This study investigates how Chinese investments in the Northeastern Semi-arid region are reconfiguring the spatial division of labor in Brazil and reshaping the forms of organization of peripheral space under neoliberalism. Historically treated as a problem-space by national development policies, the Semi-arid has, since the last decade—and more intensely after 2019—begun to attract foreign capital in strategic sectors such as renewable energy, infrastructure, and commodity outflow. The research, qualitative in nature, is based on bibliographic and documentary analysis, drawing on the theoretical contributions of Celso Furtado, David Harvey, Milton Santos, and Ruy Mauro Marini. The aim is to understand whether this new territorial centrality represents an overcoming of the historical condition of marginalization or whether it updates classical mechanisms of underdevelopment and dependency, reframing the Semi-arid and inserting it into the functioning of global capitalism. The specific objectives include mapping the Northeastern Semi-arid states that receive Chinese investments and the economic sectors involved; analyzing the volume, origin of resources, and institutional instruments that enable these inflows; and investigating the territorial effects of these investments, such as changes in production chains, land use, and regional infrastructure. The findings reveal that the China–Semi-arid relationship reinforces the core–periphery logic of dependency, since investments are concentrated in sectors strategic for China: importing Brazilian oil to sustain its energy matrix and investing in renewable energy and the manufacturing sector (especially automotive production) to channel China’s surplus capital and flood the Brazilian economy with Chinese products, thereby deteriorating Brazil’s terms of trade.

Keywords: Core–periphery; energy; Chinese investment; Northeastern Semi-arid

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Saldo Comercial Bilateral do Brasil em 2024.....	33
Figura 2: Exportações Brasileiras para a China até 2024.....	34
Figura 3: Exportações Brasileiras para os Estados Unidos.....	34
Figura 4: Distribuição das Exportações do Brasil com a China por fator de uso (%)....	35
Figura 5: Distribuição das Importações do Brasil com a China por fator de uso (%)....	35
Figura 6: Divisão setorial dos investimentos chineses no Brasil em 2024 (% do valor total, em US\$).....	37
Figura 7: Divisão setorial dos investimentos chineses no Brasil em 2024 (% do número total de projetos).....	37
Figura 8: Evolução da forma de ingresso dos investimentos chineses no Brasil (percentual do número total de projetos).....	38
Figura 9: Evolução da forma de ingresso dos investimentos chineses em eletricidade no Brasil (percentual do número total de projetos).....	38
Figura 10: Participação por Estado dos investimentos chineses 2007 - 2024.....	40
Figura 11: Evolução da distribuição regional dos investimentos chineses no Brasil (% do número de projetos).....	41
Figura 12: Investimentos Chineses em infraestrutura Portuária no Nordeste Brasileiro... 53	
Figura 13: Principais destinos das exportações do Brasil em 2024.....	55
Figura 14: Principais produtos exportados do Brasil em 2024.....	55
Figura 15: Exportações de Soja do MATOPIBA para a China de 2012-2024 em US\$ FOB.....	57
Figura 16 - Localização dos empreendimentos eólicos e solares chineses no Nordeste... 58	
Figura 17: Consumo de energia primária – Brasil, EUA, China e Europa: 1990 - 2020 59	
Figura 18: Fornecimento Total de Energia (FTE) por composto.....	60
Figura 19: Exportações brasileiras de petróleo 2012-2025.....	61
Figura 20: Importação brasileira de células fotovoltaicas montadas em módulos ou compostas em painéis chinesas.....	62
Figura 21: Importação brasileira de veículos automóveis de passageiros chineses.....	63
Figura 22: Importação brasileira de conversores elétricos estáticos chineses.....	63
Figura 23: Importação brasileira de acumuladores elétricos de íon de lítio chineses.....	64
Figura 24: desmatamento para produção de energias renováveis na Caatinga.....	68
Figura 25: Desmatamento da Caatinga no Matopiba.....	69
Figura 26: Maiores desmatamentos por Bioma em 2024.....	70
Figura 27: Indicadores de velocidade de desmatamento por Estado em 2024.....	71
Figura 28: Área desmatada (Hectares) por vetor de pressão causadores de desmatamento por Bioma em 2024.....	71
Figura 29: Distribuição dos vetores de pressão causadores de desmatamento no Brasil em 2024 e características dos alertas de desmatamento de acordo com cada tipo de vetor de pressão.....	72

LISTA DE SIGLAS

ZEEs - Zonas Econômicas Especiais

IED - Investimento Estrangeiro Direto

MOFTEC - Ministério de Comércio Exterior e Cooperação Econômica

OMC - Organização Mundial do Comércio

SASAC - State-owned Assets Supervision and Administration Commission

CGIT - China Global Investment Tracker

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PCC - Partido Comunista Chinês

RMB - Renminbi

SASAC - Comissão Estatal para Supervisão e Administração dos Ativos do Estado

BRI - Belt and Road Initiative

AIIB - Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura

CDB - China Development Bank

ICBC - Bank of China e Industrial and Commercial Bank of China

CCCC - China Communications Construction Company

SGCC - State Grid Corporation of China

CTG - China Three Gorges

SPIC - State Power Investment Corporation

CGN - China General Nuclear Power

CNPC - Companhia Nacional de Petróleo da China

MoUs - Memorandos de Entendimento

LAN - Grupo de Alto Nível Brasil-China

COSBAN - Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

EPC - Engenharia, Procurement e Construção

TIC - Tecnologia da informação e comunicação

Conama - AIIB – Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRI – Belt and Road Initiative

CDB – China Development Bank

CCCC – China Communications Construction Company

CGIT – China Global Investment Tracker

CGN – China General Nuclear Power

CNPC – Companhia Nacional de Petróleo da China

Conama – Conselho Nacional de Meio Ambiente

COSBAN – Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação

CTG – China Three Gorges

EPC – Engenharia, Procurement e Construção

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICBC – Bank of China e Industrial and Commercial Bank of China

IED – Investimento Estrangeiro Direto

LAN – Grupo de Alto Nível Brasil-China

MOFTEC – Ministério de Comércio Exterior e Cooperação Econômica

MoUs – Memorandos de Entendimento

OMC – Organização Mundial do Comércio

PCC – Partido Comunista Chinês

RMB – Renminbi

SASAC – Comissão Estatal para Supervisão e Administração dos Ativos do Estado /
State-owned Assets Supervision and Administration Commission

SGCC – State Grid Corporation of China

SPIC – State Power Investment Corporation

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

ZEEs – Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	11
1.2 Justificativa e problema de pesquisa	13
1.3 Objetivos gerais e específicos	16
1.4 Metodologia	16
2. A FORMAÇÃO REGIONAL BRASILEIRA	18
2.1 Subdesenvolvimento, dependência e transformações econômico-territoriais	18
2.2 Aspectos da formação econômica regional no Brasil	19
2.3 A dinâmica da acumulação no capitalismo contemporâneo	21
3. O DESENVOLVIMENTO CHINÊS E INTERCONEXÕES COM O BRASIL	25
3.1 A ascensão da economia chinesa contemporânea	25
3.2 Estratégias de desenvolvimento: Governo Xi Jinping	27
3.3 Comércio Internacional Brasil-China	32
3.4 Investimentos chineses no Brasil	36
3.4.1 Evolução dos Investimentos Chineses no Brasil (2000–2025)	42
3.4.2 Mecanismos de Cooperação Bilateral	42
3.4.3 Modalidades de Investimento (2000–2025)	45
3.4.4 Financiamentos Oficiais (2005–2015)	45
3.4.5 Fusões & Aquisições	47
3.4.5 Joint Ventures (JVs)	48
3.4.6 Investimentos em Private Equity	48
3.4.6 Investimentos Greenfield	49
4. Brasil-China: relacionamento centro-periferia?	50
4. IMPACTOS DOS INVESTIMENTOS CHINESES NA CADEIAS PRODUTIVAS LOCAIS, USO DA TERRA E CONCENTRAÇÃO DE INFRAESTRUTURA	52
4.1 Investimentos concentrados em infraestrutura e escoamento de commodities	52
4.2 Impactos na cadeia produtiva local, no uso da terra e infraestrutura	65
4.3 Impactos no uso da terra	68
4.4 Impactos na infraestrutura	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	81

1.INTRODUÇÃO

A China transformou-se de um país isolado na década de 1960 para a segunda maior economia mundial, adotando estratégias produtivas capitalistas e mantendo o sistema socialista em termos de organização política e planificação econômica (Oliveira, 2016). O processo de reformas e abertura econômica, iniciado por Deng Xiaoping em 1978, tirou 800 milhões de pessoas da pobreza e aumentou significativamente a renda per capita (Kotz, 2021).

Inicialmente, a postura chinesa tinha como foco o desenvolvimento econômico doméstico e uma participação aparentemente passiva na ordem internacional. Entre 1979 e 1989, com a "Política de Portas Abertas", o Conselho de Estado permitiu que empresas chinesas estabelecessem subsidiárias no exterior para ter contato com tecnologias e sistemas econômicos externos, além de promover a imagem de um país em abertura. Foram criadas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) para estimular o comércio e a recepção/emissão de Investimento Estrangeiro Direto (IED) (Kotz, 2021).

Em 1982, o Ministério de Comércio Exterior e Cooperação Econômica (MOFTEC) foi estabelecido para padronizar os processos de emissão de IED, que, nesse período, eram majoritariamente de empresas estatais devido à baixa acumulação de capital doméstico. Os investimentos iniciais eram principalmente em entrepostos comerciais e escritórios de representação, focados em mineração e agricultura (1979-1984), e posteriormente em processamento e manufaturas básicas (1985-1989) (Kotz, 2021). Em 1993, a China começou a utilizar o termo "parceria estratégica" com o Brasil, sendo a primeira estabelecida pelo país asiático (Oliveira, 2016).

A estratégia "Going Global" , ou "Going Out", foi formalmente apresentada em 2002, durante o 16º Congresso do Partido Comunista, e implementada no 10º Plano Quinquenal (2001-2005). Isso coincidiu com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, um marco que impulsionou a sua inserção no comércio internacional (Kotz, 2021). O principal objetivo era fomentar uma relação mais próxima com países produtores de *commodities* para assegurar matérias-primas essenciais para o crescimento econômico e urbanização da China.

O Estado chinês teve um papel ativo e forte na internacionalização, com subsídios, empréstimos de baixa taxa de juros e outras formas de financiamento para empresas, tanto públicas quanto privadas, para que pudessem adquirir ativos estratégicos no exterior. A

criação da SASAC (State-owned Assets Supervision and Administration Commission) em 2003 visava aumentar a presença internacional das estatais (Freitas; Borghi, 2024).

Entre 2003 e 2015, o valor dos investimentos não financeiros aumentou por 13 anos consecutivos, com uma média de expansão anual de 33,6%. As formas de entrada diversificaram para incluir projetos *greenfield*, fusões e aquisições, *joint ventures*, capital de risco e licenciamento de tecnologia (MOFCOM, 2016).

A China passou a visualizar a América Latina como um espaço prioritário para seu desenvolvimento econômico e parcerias políticas, destacando-se a relação com o Brasil (Oliveira, 2016). Desde 2009, a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil, superando os Estados Unidos e, posteriormente, a União Europeia em exportações brasileiras (Oliveira, 2016). As exportações para a China são fortemente concentradas em *commodities*, como soja, minério de ferro e petróleo (CEBC, 2021).

Entre 2007 e 2023, o estoque de investimentos chineses confirmados no Brasil atingiu US\$ 73,3 bilhões em 264 projetos. Considerando investimentos anunciados e confirmados, o potencial chegou a US\$ 123,2 bilhões em 342 empreendimentos no mesmo período (CEBC, 2024).

O Brasil tem sido um centro de gravidade dos aportes chineses na América Latina, recebendo 48% do total entre 2005 e 2021, significativamente mais do que outros países da região como Peru (19%), Chile (12%) e Argentina (8%) (CEBC, 2022).

Globalmente, o Brasil foi o país que mais recebeu investimentos chineses em 2021, com 13,6% do total, segundo o China Global Investment Tracker (CGIT). Manteve-se como o quarto maior receptor global no estoque de investimentos entre 2005 e 2022 e o nono em fluxo em 2023. Em termos de estoque (2007-2023), o Brasil é o único país em desenvolvimento entre os cinco maiores receptores de capital produtivo chinês no mundo.

De acordo com CEBC (2019), os investimentos chineses no Brasil podem ser divididos em quatro fases principais:

- Até 2010: Grande interesse no setor de *commodities*, impulsionado pela demanda chinesa por petróleo, minérios e soja.
- Entre 2011 e 2013: Foco na área industrial, buscando o mercado consumidor brasileiro.
- Após 2013: Participação relevante de investimentos em serviços, com destaque para bancos chineses.
- A partir de 2014: Entrada de investimentos volumosos em energia elétrica e infraestrutura, além de óleo e gás, agronegócio e, mais recentemente, tecnologia.

A concentração setorial dos investimentos chineses no Brasil difere do padrão global, sendo mais focada:

- Energia Elétrica: Tem sido o setor mais atraente para o capital chinês no Brasil desde 2012 (CEBC, 2022). Representou 45% do valor total investido entre 2007 e 2023 e 39% do número de projetos. Grandes estatais chinesas como State Grid e China Three Gorges têm atuação marcante (CEBC, 2024).
- Extração de Petróleo e Gás: É o segundo setor mais relevante em termos de valor, com 30% do estoque total (2007-2023) (CEBC, 2024). A descoberta do pré-sal em 2006 e a busca da China por segurança energética impulsionaram esses investimentos (Wu, 2014). Empresas como Sinopec, CNPC e CNOOC são proeminentes (Freitas; Borghi, 2024).
- Indústria Manufatureira: Atraiu 23% dos projetos entre 2007 e 2023, com destaque para os segmentos automotivo, eletroeletrônico e de máquinas e equipamentos. O setor automotivo, em particular, cresceu 56% em 2023 e está totalmente direcionado a veículos 100% elétricos ou híbridos desde 2021 (CEBC, 2024).
- Tecnologia da Informação (TI): Apresentou uma ascensão notável nos últimos anos, tornando-se o terceiro setor em número de projetos (13% entre 2007-2023). Empresas como Tencent, Didi Chuxing e Ant Financial têm realizado aportes significativos (CEBC, 2024).
- Mineração: Embora tenha menor participação no Brasil (6% do valor total entre 2007 e 2023), o Peru lidera a atração de investimentos chineses em mineração na América Latina (CEBC, 2019).

1.2 Justificativa e problema de pesquisa

Inicialmente, os investimentos chineses no Brasil tendiam a se concentrar mais na região Sudeste. No entanto, o período de 2012-2013 já apontava para uma diversificação dos destinos de investimento, com projetos registrados no Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Norte (CEBC, 2014). Em 2014-2015, o Nordeste representou 12% dos projetos anunciados (CEBC, 2016). Estados como Bahia, Pernambuco, Ceará, Alagoas e Rio Grande do Norte registraram a presença de investimentos chineses (CEBC, 2014). Essa fase refletiu o interesse em *commodities* (como petróleo e gás) e o começo da busca por oportunidades industriais e de serviços (Freitas; Borghi, 2024).

Em 2016, embora o Sudeste ainda fosse o centro de gravidade, houve uma maior presença de investimentos chineses no Nordeste e Centro-Oeste (CEBC, 2017). O ano de 2019 foi um marco significativo, pois pela primeira vez, o Nordeste atraiu a maioria dos projetos chineses no Brasil (34%) e também liderou em termos de valor de capital investido. Esse resultado pode ser atribuído, em parte, a um esforço contínuo dos estados nordestinos para atrair investimentos chineses, exemplificado pela criação do Consórcio Nordeste (CEBC, 2021).

Após o pico de 2019, houve uma redistribuição. Em 2020, o Nordeste viu sua participação cair para 11% dos projetos confirmados, com o Sudeste retomando a liderança (78%) (CEBC, 2021). Em 2021, o Ceará registrou um projeto chinês, sendo o único estado do Nordeste com investimento confirmado naquele ano. A Bahia continuou sendo um polo importante na região, atraindo projetos em eletricidade, agricultura, extração de petróleo e indústria manufatureira (CEBC, 2022). Em 2022, a participação do Nordeste nos projetos chineses no Brasil voltou a crescer, atingindo 13% do total, enquanto o Sudeste perdeu parte de sua participação (CEBC, 2023).

Em 2023, o Nordeste manteve-se como a segunda região em número de projetos, com 16% do total, atrás do Sudeste (68%). Bahia e Ceará absorveram 6% dos empreendimentos individualmente (CEBC, 2024). Apesar das oscilações anuais nos valores e número de projetos, o Nordeste, juntamente com outras regiões, se beneficia da estratégia chinesa de busca por recursos naturais (petróleo e gás), segurança energética (energia elétrica e energias renováveis) e desenvolvimento de infraestrutura (Freitas; Borghi, 2024). A Bahia, por exemplo, é consistentemente citada como um dos estados com maior número de projetos e diversificação setorial, incluindo extração de petróleo e eletricidade (CEBC, 2023).

Historicamente, o Semiárido nordestino foi considerado como um espaço-problema dentro da lógica do desenvolvimento nacional — marcado pela seca, baixa produtividade, pobreza e exclusão do projeto industrializante do Sudeste.

Celso Furtado foi um dos primeiros a romper com a leitura naturalizante da “estagnação” regional, mostrando que o subdesenvolvimento do Nordeste é resultado de um processo histórico de marginalização econômica, não de geografia ou clima. Essa marginalização se deu pela inserção subordinada do Nordeste na divisão nacional e internacional do trabalho.

Dentro desse contexto, nas últimas décadas, sobretudo após 2010, e intensamente após 2019 (Consórcio Nordeste), o Semiárido tem recebido investimentos chineses em áreas estratégicas: energia solar, eólica, infraestrutura, agronegócio e logística.

David Harvey ajuda a interpretar esse processo como parte da lógica de resolução espacial das crises do capital: o capital busca, em áreas antes marginalizadas, novas fronteiras para valorização por meio de acumulação por despossessão — ou seja, a apropriação de terras, recursos, infraestrutura e políticas públicas para gerar lucros em nome do “desenvolvimento” (Harvey, 2004).

Contudo, essa nova centralidade do Nordeste Brasileiro pode ocultar a permanência da dependência. A celebração da chegada dos investimentos frequentemente ignora quem define o uso do território, para quem, e com quais consequências sociais. Milton Santos propõe o conceito de “meio técnico-científico-informacional”, onde o território é apropriado seletivamente pelas lógicas do capital global, com base em infraestruturas técnicas, informação e logística — não para servir à população local, mas aos fluxos de valor transnacional (Santos, 2006).

Nesse cenário, esse trabalho tem como pergunta problema: “A territorialização dos investimentos chineses no Semiárido evidencia uma reconfiguração da divisão espacial do trabalho no Brasil e/ ou atualiza as formas de organização do espaço periférico sob o neoliberalismo?”

A escolha do tema se justifica pela importância crescente que o Semiárido nordestino passou a ocupar na geopolítica econômica nacional a partir da última década. Embora a presença chinesa na América Latina tenha aumentado consideravelmente desde os anos 2000, no Brasil, é após 2010 que os investimentos da China começam a se concentrar em setores estratégicos da região Nordeste, como energia solar, energia eólica, infraestrutura e agronegócio. A partir de 2019, com a criação do Consórcio Nordeste, os estados da região passaram a buscar ativamente parcerias internacionais, e a China tornou-se um dos principais parceiros comerciais e institucionais desse bloco (Consórcio Nordeste, 2020).

Apesar do discurso de desenvolvimento que acompanha esses investimentos, ainda são poucos os estudos que analisam os impactos espaciais e estruturais dessa presença no Semiárido, principalmente sob a ótica da geografia crítica e da divisão espacial do trabalho. Entender como esse capital estrangeiro opera no território é essencial para avaliar se há mudanças significativas na inserção da região no cenário nacional e internacional ou apenas uma reconfiguração das formas históricas de dependência e funcionalização econômica. Para isso, é necessário observar como o território é apropriado, por quem e com quais finalidades.

1.3 Objetivos gerais e específicos

1.3.1 Objetivo Geral

Investigar como (ou se) a territorialização dos investimentos chineses no Semiárido nordestino reconfigura a divisão espacial do trabalho no Brasil, inserindo a região em novas dinâmicas de dependência, funcionalização econômica e racionalidade territorial no contexto do capitalismo contemporâneo.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Mapear quais Estados do Semiárido nordestino receberam investimentos chineses, identificando os setores econômicos envolvidos
- Analisar o volume e modalidades de inserção do capital chinês, bem como os mecanismos institucionais envolvidos, incluindo a existência de incentivos, subsídios ou parcerias com o Estado brasileiro;
- Investigar se os investimentos chineses na região provocaram mudanças na organização do território, como reconfiguração de cadeias produtivas locais, uso da terra e concentração de infraestrutura.

1.4 Metodologia

A metodologia deste trabalho é de natureza qualitativa e baseia-se na análise documental e bibliográfica. A investigação tomará como base a vasta produção teórica e um acúmulo significativo de dados secundários disponíveis em relatórios técnicos, documentos institucionais, notícias de imprensa, legislações, planos de desenvolvimento regionais e estudos setoriais. A análise desses materiais será realizada a partir de um recorte temporal que prioriza os investimentos estrangeiros na região do Semiárido a partir de 2010, com especial atenção para o período posterior à criação do Consórcio Nordeste, em 2019, quando o bloco de governadores passou a buscar parcerias internacionais em áreas estratégicas como energia e infraestrutura.

A investigação será orientada pelos objetivos do trabalho e buscará compreender de que forma os investimentos chineses em setores como energia solar, eólica, agronegócio e logística contribuem para uma reorganização do espaço nordestino e para a sua funcionalização dentro da lógica da divisão espacial do trabalho no capitalismo contemporâneo. Para isso, serão cruzadas informações de fontes como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relatórios

de empresas com atuação chinesa no Brasil, relatórios do Conselho Empresarial Brasil China (CEBC) e publicações acadêmicas já consolidadas sobre a presença da China na América Latina. O foco será identificar padrões de seletividade territorial, continuidade da dependência econômica e atualização dos mecanismos de subdesenvolvimento regional por meio da lógica neoliberal.

2. A FORMAÇÃO REGIONAL BRASILEIRA

2.1 Subdesenvolvimento, dependência e transformações econômico-territoriais

Inicialmente, antes de compreender a dinâmica dos investimentos chineses no Semiárido nordestino, o conceito de subdesenvolvimento como construção histórica é o alicerce analítico para interpretar as dinâmicas territoriais do Nordeste brasileiro, uma vez que contribuiu para o rompimento de visões naturalizantes que associam o atraso do semiárido a características geográficas ou climáticas. Celso Furtado (1961) defende que o subdesenvolvimento não é um estado natural ou uma falta de algo, mas sim o produto de um processo histórico específico, com raízes profundas no período colonial e sua continuidade em estruturas econômicas e sociais posteriores.

Dentro dessa perspectiva, Milton Santos (2008), introduz o conceito de periodizações históricas, que representam uma forma de compreender a evolução do espaço geográfico através de diferentes momentos históricos caracterizados por sistemas técnicos específicos. Cada período histórico é marcado por um conjunto de técnicas dominantes que definem as formas de produção, circulação e organização do espaço. Para Milton Santos, o sistema técnico possui a capacidade de reorganizar completamente o espaço geográfico, criando novas formas espaciais e alterando as relações entre os lugares e não é neutro, mas expressa as relações de poder e as intencionalidades dos grupos sociais dominantes de cada período histórico.

Assim, a estrutura produtiva do país dependente é definida pela sua função na divisão internacional do trabalho. Caracterizado pela exportação de matérias-primas, o Brasil, mesmo com a industrialização, tem sua produção interna profundamente vinculada às necessidades e dinâmicas do capitalismo central. Como observa Ruy Mauro Marini (1973), o desenvolvimento econômico da periferia não rompe com a lógica da dependência, mas a reproduz em novos moldes, estruturando-se a partir de uma articulação subordinada aos centros capitalistas. Nesse sentido, o que se desenvolve na periferia é o subdesenvolvimento como forma funcional ao capitalismo mundial, caracterizado por formas específicas de exploração, como a superexploração do trabalho e a transferência sistemática de valor para os países centrais.

A ausência de um dinamismo endógeno significativo, já apontada por Furtado, é interpretada por Marini não apenas como uma deficiência, mas como uma condição estrutural e necessária do sistema de dependência, que impede a consolidação de um mercado interno robusto e autônomo. O foco na exportação e a estrutura social herdada (incluindo a

escravidão e a posterior marginalização de ex-escravos) dificultaram a formação de um sistema econômico nacional integrado. Isso gerou fortes heterogeneidades produtivas, sociais e regionais, com sistemas econômicos internos (como a pecuária ou economias de subsistência) frouxamente articulados e subordinados ao setor exportador principal (Furtado, 1961).

2.2 Aspectos da formação econômica regional no Brasil

Ao se concentrar no caso do Nordeste, percebe-se que a ocupação econômica da região, desde o século XVI, esteve profundamente vinculada à produção açucareira. Tratava-se de um modelo de organização produtiva voltado para o mercado externo europeu, sustentado por investimentos estrangeiros e por uma força de trabalho escravizada, inicialmente indígena e, posteriormente, africana. A atividade se destacou por sua alta produtividade relativa, refletindo a lógica do enclave exportador descrita por Furtado.

Devido à impossibilidade de criar gado na faixa litorânea ocupada pelas plantações, surgiu no próprio Nordeste um segundo sistema econômico: a pecuária. Essa pecuária desenvolveu-se no interior como uma atividade dependente da economia açucareira, fornecendo animais de tiro, carne e couro. A economia criatória tinha características radicalmente distintas da açucareira: ocupação extensiva da terra, baixa densidade econômica, investimentos mínimos fora do gado (Furtado, 1961).

Através dessa configuração, estabelece-se uma divisão funcional e espacial que se tornaria estrutural: o litoral, com sua dinâmica exportadora e concentração de riqueza, e o interior, com uma lógica produtiva de apoio, marcada pela dependência e baixa produtividade. Essa relação assimétrica fundou, desde os primórdios da colonização, a base da diferenciação espacial do Nordeste e da heterogeneidade estrutural do território nacional, como argumenta Furtado.

A partir da segunda metade do século XVII, a economia açucareira brasileira entrou num longo processo de decadência, principalmente devido à perda do monopólio e à concorrência das Antilhas, incentivadas pelos holandeses. Essa decadência, que se acentuou no século XVIII, teve profundas consequências para o sistema dependente da pecuária no interior. O atrofiamento da economia monetária se acentua no interior, levando à reversão a formas de economia de subsistência, com redução da divisão do trabalho, diminuição da produtividade e fragmentação do sistema.

Este processo histórico de decadência da economia principal (açúcar) e a consequente involução do seu setor dependente (pecuária no interior/sertão) estão diretamente ligados à

formação da população nordestina e quando esse estímulo externo se enfraqueceu (com a decadência do açúcar), o sistema se contraiu, mas as reações não foram suficientes para gerar transformações estruturais cumulativas em sentido contrário.

As estruturas produtivas e sociais (monocultura de exportação, pecuária extensiva de subsistência, trabalho não-livre/marginalizado) herdadas do período colonial mostraram-se imutáveis por muito tempo e incapazes de gerar um processo de desenvolvimento de autopropulsão (Furtado, 1961).

Nesse cenário, conforme observa Santos (2008), essas estruturas coloniais configuram-se como rugosidades que podem ser definidas como formas espaciais materiais herdadas de períodos históricos anteriores que persistem no presente, condicionando as possibilidades de ação no território. São formas espaciais que sobrevivem às mudanças técnicas e sociais, adaptando-se ou resistindo às novas demandas do presente.

Essas rugosidades podem ser tanto materiais (edifícios antigos, traçados urbanos históricos, infraestruturas obsoletas) quanto imateriais (costumes, tradições, formas de organização social). Elas demonstram que o espaço é uma acumulação desigual de tempos, onde diferentes períodos históricos coexistem (Santos, 2008).

Posteriormente, o desenvolvimento da economia cafeeira no Sudeste criou um novo centro dinâmico, em torno do qual outras regiões, incluindo o Nordeste, tiveram que se articular. Contudo, como destaca Marini (1973), esse tipo de articulação não equivale a integração, mas sim a uma reorganização da dependência, na qual o desenvolvimento de uma região se realiza à custa da estagnação de outras, servindo de suporte para a reprodução ampliada do capital nos centros dinâmicos. A industrialização brasileira, longe de significar uma superação das desigualdades regionais e históricas, passou a operar como novo vetor da dependência, aprofundando as disparidades estruturais e regionais já existentes.

Essa divisão se manifesta em fortes heterogeneidades estruturais – produtivas, sociais e regionais – que caracterizam as economias subdesenvolvidas. O que ocorre nos países subdesenvolvidos não é uma modernização uniforme e integradora, mas sim uma série de "modernizações" que são extremamente seletivas em suas formas e efeitos (Santos, 2008). A existência de uma massa populacional "totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência" no Nordeste decadente é um exemplo dessa divisão espacial e social (Furtado, 1961).

As verticalidades representam pontos no espaço que, distantes uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São conexões hierárquicas e

funcionais que ligam lugares através de redes técnicas e informacionais, independentemente da proximidade geográfica (Santos, 2008).

Em suma, o Complexo Açucareiro-Pecuário do Nordeste representa um caso histórico de como as estruturas econômicas coloniais, baseadas na especialização para exportação e na dependência externa, moldaram a formação regional, criando uma diferenciação espacial que levou à marginalização do interior (semiárido) através de um processo de decadência e involução econômica. Essa marginalização, no entanto, não representa um resíduo pré-capitalista ou uma anomalia do sistema, mas uma forma específica e funcional do capitalismo dependente, conforme argumenta Marini (1973). A incapacidade histórica de transformar as estruturas herdadas e gerar dinamismo endógeno expressa não apenas os limites internos da economia regional, mas os limites estruturais impostos pela posição periférica que o Semiárido ocupa dentro do sistema mundial.

2.3 A dinâmica da acumulação no capitalismo contemporâneo

O livro "O Novo Imperialismo", escrito por David Harvey (2004), busca repensar a lógica da expansão capitalista no mundo contemporâneo e propor uma leitura crítica das formas que o capital encontra para resolver suas crises internas. O autor parte da constatação de que o capitalismo opera por meio de ciclos recorrentes de crise e acumulação. Quando as formas tradicionais de valorização do capital — baseadas na produção de mercadorias — tornam-se incapazes de absorver o capital excedente, surgem crises que ameaçam a estabilidade do sistema. Essa é a base do que Harvey denomina como o problema da superacumulação de capital. Em sua análise, o capital excedente é tanto financeiro quanto produtivo: são mercadorias sem compradores, dinheiro sem destino lucrativo, trabalhadores sem emprego e maquinário sem uso. Este é o ponto de partida fundamental para a sua análise do capitalismo contemporâneo (Harvey, 2011).

Como resposta a esse impasse, Harvey propõe o conceito de "acumulação por despossessão" como mecanismo central da atual dinâmica capitalista. Retomando a noção marxista de acumulação primitiva, o autor afirma que esse processo não se restringe a um estágio inicial do capitalismo, mas continua ocorrendo de maneira sistemática até os dias atuais. Por meio da privatização de bens públicos, da financeirização da vida cotidiana, do endividamento generalizado, do desmonte de direitos sociais e da mercantilização de recursos naturais, o capital encontra formas de se expandir não pela via produtiva, mas pela via da expropriação (Harvey, 2004). A acumulação, nesse contexto, ocorre mediante a tomada de ativos que antes estavam fora do circuito capitalista: terras comunais, sistemas públicos de

saúde e educação, fundos de pensão, entre outros. Esse processo não apenas agrava a desigualdade social, como também redefine o papel do Estado, que passa a atuar como facilitador da lógica de mercado.

Nesse sentido, o que Harvey chama de "capitalismo de espoliação" corresponde à intensificação dessa lógica de acumulação por despossessão. A espoliação, aqui, não deve ser entendida apenas como roubo ou saque direto, mas como um processo contínuo de transferência forçada de riqueza, mediada por mecanismos econômicos, jurídicos e políticos. A financeirização, por exemplo, constitui uma forma sofisticada de espoliação: títulos de dívida, hipotecas e derivativos funcionam como instrumentos de captura de renda futura, subordinando a vida cotidiana de milhões à lógica dos mercados financeiros (Harvey, 2011).

Dentro dessa lógica, destaca-se a centralidade da financeirização como uma das formas mais eficazes de absorção do capital excedente. A financeirização corresponde à transformação de ativos, direitos futuros e expectativas em títulos negociáveis, o que permite que grandes volumes de capital circulem sem estarem diretamente vinculados à produção material. Harvey argumenta que o crescimento do capital fictício — isto é, capital que não tem lastro direto na produção real — acentua a instabilidade estrutural do sistema, gerando bolhas especulativas, crises de crédito e vulnerabilidade sistêmica. O colapso do mercado imobiliário nos Estados Unidos em 2008 é um exemplo claro desse processo: capitais fictícios foram criados a partir da titularização de hipotecas de alto risco, cuja base material (as casas e a capacidade de pagamento das famílias) era extremamente frágil (Harvey, 2011).

Essas dinâmicas financeiras não apenas respondem às crises de superacumulação, mas também aprofundam a lógica da despossessão. Com o endividamento massivo das famílias, especialmente nos países do Sul Global, grandes conglomerados financeiros obtêm lucros com os juros, ao mesmo tempo em que populações inteiras perdem sua soberania econômica. Isso é evidente, por exemplo, no contexto das reformas previdenciárias, nos pacotes de austeridade fiscal e na precarização dos direitos trabalhistas, todos frequentemente justificados como "necessidades de ajuste" em um sistema financeiramente globalizado (Harvey, 2004).

Outro ponto-chave da obra de Harvey é a distinção entre dois tipos de imperialismo: o territorial e o capitalista. O imperialismo territorial está ligado à coerção política e militar, sendo exercido por Estados nacionais com vistas à conquista ou controle de territórios estratégicos. Já o imperialismo capitalista se refere à lógica econômica da expansão do capital, que independe diretamente da conquista física, mas se impõe por meio de mecanismos de mercado, dívida e investimento. Embora distintos, esses dois tipos de

imperialismo se entrelaçam em vários momentos históricos, como no caso da Guerra do Iraque, onde interesses geopolíticos e econômicos convergiram (Harvey, 2004).

A espacialidade do capital é, nesse contexto, um dos elementos centrais para entender sua dinâmica de reprodução. Harvey mostra que o capital não se desenvolve de maneira homogênea, mas se desloca continuamente em busca de novas fronteiras de acumulação. Esses deslocamentos produzem o que o autor chama de "desigualdade geográfica do desenvolvimento", ou seja, a coexistência de centros altamente desenvolvidos e periferias cronicamente marginalizadas. (Harvey, 2011).

A temporalidade do capital também desempenha um papel importante no deslocamento de crises. Harvey argumenta que o sistema capitalista busca constantemente "adiar" ou "deslocar" suas contradições no tempo e no espaço. Isso significa postergar a crise por meio da expansão do crédito, do consumo artificial ou de investimentos estatais em infraestrutura. No entanto, essas soluções são paliativas e tendem a gerar novas crises ainda mais profundas no futuro. A bolha imobiliária de 2008 e os pacotes trilionários de estímulo econômico são exemplos de como o capital adia a resolução de suas contradições, apenas para reencontrá-las em outro momento e lugar (Harvey, 2004).

Por fim, Harvey enfatiza o papel do Estado na sustentação dessa lógica de expansão e crise. Contrariando a retórica do "Estado mínimo" promovida pelo ideário neoliberal, o autor demonstra que o Estado é uma peça fundamental na manutenção e na expansão do capital. Ele atua na criação de marcos regulatórios favoráveis, na repressão de movimentos sociais, no financiamento de grandes obras e no salvamento de instituições financeiras em momentos de crise. Em suma, o Estado neoliberal não é menos intervencionista, mas sim seletivamente intervencionista: intervém em favor do capital, e não da população (Harvey, 2011).

Portanto, o capitalismo contemporâneo é caracterizado por uma série de mecanismos interconectados — superacumulação, despossessão, financeirização, imperialismo territorial e capitalista, espacialidade, temporalidade e reconfiguração do papel do Estado — que buscam contornar as crises internas do sistema, ao mesmo tempo em que geram novos focos de instabilidade, desigualdade e exclusão. A leitura de Harvey permite compreender não apenas as formas pelas quais o capital se reproduz, mas também os limites e contradições intrínsecos desse modelo, cuja sustentação depende cada vez mais da captura de territórios, da exploração financeira e da supressão de direitos sociais (Harvey, 2011).

Diante desse panorama de intensificação dos investimentos chineses no Brasil, torna-se fundamental refletir não apenas sobre os volumes e setores envolvidos, mas

principalmente sobre como esses fluxos de capital se territorializam e quais implicações produzem nas regiões receptoras.

A estrutura teórica adotada neste trabalho tem como base os estudos desenvolvimentistas de Celso Furtado, que interpretam o subdesenvolvimento do Nordeste como resultado histórico da marginalização econômica regional, e não como consequência de fatores naturais como a seca ou a geografia. A esses estudos somam-se os aportes de David Harvey, com a ideia de “acumulação por despossessão”, conceito que explica como o capital busca resolver suas crises mediante a apropriação de terras, políticas públicas e recursos naturais em territórios até então considerados periféricos. Também será utilizada a concepção de “meio técnico-científico-informacional”, proposta por Milton Santos (2008), para entender como os investimentos estrangeiros reconfiguram seletivamente o território de acordo com interesses do capital global, priorizando infraestrutura, logística e conectividade, nem sempre voltados para o benefício da população local.

3. O DESENVOLVIMENTO CHINÊS E INTERCONEXÕES COM O BRASIL

De acordo com Britto et al. (2004, p. 2), a formação da República Popular da China remonta à queda da dinastia em 1911 e à ascensão do governo nacionalista (Kuomintang), que, com apoio soviético, foi obrigado a cooperar com o Partido Comunista Chinês (PCC). A partir desse contexto, iniciou-se o planejamento centralizado como estratégia de unificação nacional. Com a invasão japonesa ao Nordeste chinês, em 1931, os comunistas passaram a ser combatidos pelas forças nacionalistas. Nesse cenário, emergiu a “Longa Marcha” — deslocamento de mais de 6 mil milhas liderado por Mao Zedong, rumo a Yenan — movimento que, segundo Fairbank (2007), visava a construção de uma nova base fora do alcance do poder central.

Em 1949, a China possuía 541 milhões de habitantes e refletia os efeitos do subdesenvolvimento agravado por guerras, fome, pobreza e heranças do feudalismo. No fim da década de 1950, foi lançado o “Grande Salto para Frente”, um programa de industrialização forçada e coletivização agrícola que culminou em fracassos produtivos e milhões de mortes por fome. A década seguinte foi marcada pela Revolução Cultural (1966–1976), definida por Fairbank (2007) como um período de terror e destruição generalizada, que abalou profundamente a sociedade chinesa.

Com o fim da era Mao, líderes veteranos da Longa Marcha, como Deng Xiaoping, promoveram uma reorientação do país. As reformas liberais inauguraram uma abertura gradual da economia e investimentos nos setores de educação e saúde, melhorando os índices de alfabetização e qualidade de vida. No início dessas reformas, a China ainda figurava entre os países mais pobres do mundo, com a maioria da população vivendo em áreas rurais. O processo transformador se deu em três eixos centrais: da economia planificada para a liberalização, da agricultura para a industrialização e de uma sociedade camponesa para uma crescente urbanização.

3.1 A ascensão da economia chinesa contemporânea

Reformas estruturais e abertura econômica a partir do final da década de 1970, marcaram as mudanças contemporâneas da economia chinesa. A experiência chinesa é caracterizada como um tipo de “capitalismo organizado” ou “socialismo com características chinesas”. Em essência, o “capitalismo organizado” descreve um sistema econômico que, embora aberto e internacionalizado, difere dos modelos puramente liberais por manter um papel central e estratégico para o Estado na direção e no controle das transformações

econômicas. É um modelo que combina elementos de mercado com forte intervenção e planejamento estatal (Callick, 2013).

A estratégia chinesa de crescimento e internacionalização baseou-se em um conjunto de políticas estatais pragmáticas e flexíveis, combinadas com a abertura ao exterior. Inicialmente, a grande transformação econômica chinesa, embora tenha começado na década de 1960 com Mao Tsé-Tung, só ganhou força durante o governo de Deng Xiaoping (1978–1990), com a implementação de reformas liberalizantes voltadas para a abertura econômica e modernização do país (Leão, 2010).

Essas reformas incluíram a introdução de máquinas e insumos químicos no setor agrícola, rompendo com a lógica maoísta de coletivização e produção familiar. A nova política permitiu maior autonomia às famílias rurais na produção e comercialização de seus produtos, além do acesso ao crédito, o que aumentou a produtividade e a rentabilidade (Leão, 2010).

A China passou de um país majoritariamente rural para uma economia industrializada e moderna. Esse crescimento acelerado resultou em uma drástica redução da pobreza e aumento da urbanização. O país atingiu a meta de alívio da pobreza da Agenda 2030 dez anos antes do previsto (Sarmiento; Almeida, 2021).

Um elemento central da estratégia de modernização econômica chinesa foi a abertura seletiva e gradual para o capital estrangeiro, com o objetivo de atrair IED e, assim, obter acesso a tecnologias avançadas e conhecimento técnico. Para isso, foram criadas as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), que ofereciam incentivos fiscais e infraestrutura adequada aos investidores, e incentivadas modalidades como as joint ventures, facilitando a transferência de tecnologia. O fluxo de IDE cresceu de forma acelerada ao longo das décadas, impulsionando a industrialização do país.

No entanto, apesar desse avanço, a restrita capacidade de importação ainda representava um desafio, o que levou o governo a adotar a política de “portas abertas”, permitindo que empresas estatais chinesas iniciassem suas primeiras operações internacionais. Além disso, a escassez de recursos naturais críticos para sustentar o crescimento industrial forçou a China a consolidar uma base global de suprimentos, estabelecendo parcerias estratégicas com países como Austrália, Indonésia, nações africanas e, mais recentemente, o Brasil (Sarmiento; Almeida, 2021).

Paralelamente à atração de capital estrangeiro, a China também incentivou a internacionalização de seu próprio capital e empresas através da estratégia “indo para fora” (going out). Isso incentivou empresas chinesas a atuarem no exterior para obter ativos

estratégicos (especialmente commodities para segurança energética), promover a utilização do Renminbi (RMB) e fortalecer relações diplomáticas (Freitas; Borghi, 2024). Esta estratégia foi fortemente guiada pelo Estado. Grandes conglomerados estatais tornaram-se players globais, especialmente em setores como petróleo, petroquímica, energia, telecomunicações e construção civil (CEBC, 2019).

O comércio exterior foi intensificado, principalmente após a adesão à OMC. A pauta do comércio chinês se concentrou na exportação de bens industrializados e na importação de matérias-primas e componentes, posicionando a China como um centro de processamento nas cadeias produtivas globais e regionais, especialmente no Leste Asiático. Embora a China tenha se comprometido com a OMC, suas políticas comerciais, como tarifas e subsídios, continuaram a gerar discussões. Houve também esforços na proteção da propriedade intelectual (Bunecker, 2018).

A gestão macroeconômica chinesa foi marcada por políticas monetária e fiscal ativas para gerenciar o crescimento e a inflação. O sistema financeiro e bancário passou por reformas significativas, evoluindo de um sistema de banco único para uma estrutura com grandes bancos estatais (Bunecker, 2018).

Diferentemente das teorias clássicas de liberalização, a internacionalização chinesa foi fortemente guiada pelo Estado. O Estado atua como agente ativo na orquestração do desenvolvimento. O PCC mantém um papel central na direção e organização econômica e social. Na era Xi Jinping, houve um enaltecimento do Partido e de ideais nacionalistas. As empresas estatais continuam dominantes em setores vitais e são vistas como "empresas campeãs nacionais" sob orientação do PCC. Embora seu número tenha diminuído, seu poder financeiro cresceu (USTR, 2017 ; Huang, 2012).

Apesar do sucesso, o processo de crescimento enfrentou e ainda enfrenta desafios internos, como a crescente desigualdade de renda e os problemas ambientais. A trajetória chinesa demonstra um modelo de economia socialista de mercado com forte controle estatal sobre as transformações econômicas e uma abordagem pragmática na gestão dos objetivos interligados de política interna e externa.

3.2 Estratégias de desenvolvimento: Governo Xi Jinping

A política "Go Global" foi oficialmente lançada em 2000/2001 e formalmente apresentada em 2002, durante o 16º Congresso do Partido Comunista Chinês, sendo implementada no 10º Plano Quinquenal (2001-2005). Basicamente, é um slogan com o qual as autoridades chinesas encorajaram as empresas locais a investir no exterior. Ela buscava

impulsionar as empresas chinesas a se inserirem na competição global por meio de um processo ativo de internacionalização.

Inicialmente, a estratégia "Go Global" tinha como principal objetivo garantir o suprimento de matérias-primas e recursos naturais (como petróleo, gás e minerais) necessários para sustentar o crescimento econômico e o vasto programa de urbanização da China (Jacques, 2012). Essa fase priorizou investimentos em atividades diretamente ligadas às *commodities* e estas compunham a maior parte das exportações brasileiras para a China.

No entanto, a estratégia rapidamente se diversificou, uma vez que ao investir no processo de internacionalização, poderia reverter para si as seguintes vantagens, de acordo com Williamson (2005) e Kotz (2021):

- Conquistar novos mercados para produções locais e expandir as linhas de produção no exterior.
- Adquirir rapidamente habilidades, tecnologias avançadas e ativos intangíveis de alto valor (como marcas e conhecimentos) para aumentar a competitividade chinesa e compensar a falta de compreensão das dinâmicas de mercados estrangeiros.
- Enfrentar a forte concorrência doméstica e diversificar riscos.
- Contribuir para a redução do constante superávit comercial, que gerava pressão sobre a taxa de câmbio.
- Fortalecer as relações diplomáticas e tornar a China um ator central na geopolítica global.

A China apresentou a "Go Global" como um processo "ganha-ganha" (win-win), onde a exportação de capital para investimentos diretos traria benefícios não só para a China, mas também para os países receptores, oferecendo recursos financeiros, tecnológicos e de habilidades.

Os modos de entrada das empresas chinesas também evoluíram: inicialmente, a criação de joint ventures (JVs) era a fórmula preponderante, mas também incluía a construção de novas fábricas (*greenfield*¹) e aquisições. Com o tempo, as fusões e aquisições se tornaram a maioria dos projetos desde 2014, especialmente na área de energia, aproveitando a oferta de concessões e leilões públicos (CEBC, 2019).

A estratégia "Go Global" não surgiu ao acaso, mas sim através de preparativos internos e mudanças estruturais na China. Primeiramente, ela teve sua base nas reformas e na política de "Portas Abertas" iniciada por Deng Xiaoping em 1978. Isso permitiu a criação de

¹ Greenfield corresponde a um empreendimento que começa do zero, ou seja, sem nenhum tipo de infraestrutura ou sistema pré-existente.

Zonas Econômicas Especiais e o estabelecimento de subsidiárias chinesas no exterior para acessar tecnologias e mercados externos (Kroeber, 2016).

Ademais, a China implementou uma política industrial seletiva e orientada pelo Estado, com o objetivo de consolidar setores estratégicos (como metal-mecânico, eletroeletrônico e químico) e desenvolver sua competitividade. Essa política visava criar uma indústria que abastecesse o mercado doméstico e, posteriormente, agregasse valor às exportações, reestruturando a pauta com mais manufaturados (Masiero, 2014).

Nesse contexto, a Comissão Estatal para Supervisão e Administração dos Ativos do Estado (SASAC), criada em 2003, supervisiona cerca de 100 empresas estatais centrais em setores estratégicos. Essas estatais são consideradas atores indispensáveis no processo de internacionalização da economia chinesa. Embora existam milhares de outras estatais provinciais e municipais, e grandes bancos estatais operem fora da jurisdição da SASAC, a presença do Estado é marcante (CEBC, 2021).

O Estado orientou a formação de "players campeões" em diversos segmentos de mercado, com o Partido Comunista da China (PCC) atuando na organização do desenvolvimento do país. A ascensão de 119 empresas chinesas (82% estatais) na lista Fortune 500 em 2019 ilustra essa escala (Kotz, 2021).

A emissão de IED por grandes empresas chinesas, especialmente as estatais, atende tanto a interesses de mercado (lucro) quanto às metas relacionadas ao interesse nacional. Isso reflete a geoeconomia chinesa, que converte ativos econômicos em influência política e mobiliza o poder político para alcançar objetivos econômicos. Exemplos incluem a compra de títulos de dívida, decisões sobre parceiros comerciais estratégicos, alocação de IED e uso do tamanho do mercado doméstico como fator de negociação, exigindo transferência de tecnologia ou joint ventures (Kotz, 2021).

O governo chinês oferece incentivos como subsídios, empréstimos com baixa taxa de juros, concessão de contratos e diferentes modalidades de financiamento para que empresas, tanto públicas quanto privadas, invistam no exterior (Freitas; Borghi, 2024).

Desse modo, nota-se que a internacionalização chinesa foi "fortemente guiada pelo Estado", o que significa que teorias clássicas não conseguem explicar o processo de forma completa. Assim, a China adapta sua atuação externa às suas necessidades estratégicas (energéticas, produtivas, tecnológicas e financeiras) em cada país.

No Brasil, as estatais centrais chinesas são os maiores investidores, representando 82% do valor total dos aportes confirmados até 2020 e 39% do número de projetos. Essa

concentração se deve ao elevado volume de capital exigido por setores estratégicos como eletricidade e extração de petróleo e gás (CEBC, 2021).

A estratégia foi integrada e detalhada nos Planos Quinquenais chineses, estabelecendo metas de longo prazo para o desenvolvimento e a internacionalização, associado a uma política que visava ajustar desequilíbrios internos e externos, como o excesso de capacidade produtiva em alguns setores e a necessidade de desviar o capital para investimentos externos.

O processo de internacionalização se intensificou e ganhou novas direções na era de Xi Jinping (a partir de 2013). Apesar de a busca por crescimento e internacionalização não ter começado com ele, Xi Jinping reforça a importância do Partido Comunista para o progresso do país e enaltece políticas e ideais nacionalistas, buscando estimular a indústria doméstica. O conceito do "Sonho Chinês" (Chinese Dream) tornou-se a ideologia central, buscando o rejuvenescimento nacional através da consolidação da China como uma nação próspera e poderosa (Bunecker, 2018).

Nesse cenário, a Belt and Road Initiative (BRI), lançada em 2013, é uma expansão da estratégia "Go Global". Se a "Go Global" focou na internacionalização das empresas, a BRI ampliou essa visão para uma iniciativa geopolítica e econômica mais abrangente e de longo prazo, focada no desenvolvimento de infraestrutura e na promoção da conectividade e integração global.

A BRI foi proposta pelo Presidente Xi Jinping em 2013 e consiste em um vasto plano de construção de infraestrutura. Mais do que apenas um plano de infraestrutura, tornou-se um conceito amplo para compreender a posição da China no sistema internacional, especialmente na condução de suas relações com países emergentes, com o objetivo de aumentar a conectividade entre os países. A iniciativa é composta por dois eixos principais: o Cinturão Econômico da Rota da Seda (terrestre), que visa reforçar as conexões da China com a Ásia Central e a Europa, estendendo-se ao Mediterrâneo, Golfo Pérsico, Sul e Sudeste Asiático, e Rússia, e a Rota da Seda Marítima do Século XXI (marítima), que foca na conexão de portos da costa chinesa até a Europa, passando pelo Oceano Índico e pela costa leste da África.

Originalmente, compreendia seis corredores econômicos, expandindo-se para mais de 100 países. Sua abrangência inclui aproximadamente 62% da população global, mais de 30% do PIB mundial e 75% dos recursos energéticos disponíveis (Kotz, 2021).

Os cinco principais eixos de atuação da BRI são: comunicação, conectividade (infraestrutura de transporte), aumento dos fluxos monetários, facilitação do comércio e migração, visando criar uma área de cooperação que se estende do Pacífico Ocidental ao Mar

Báltico (Sarvári e Szeidovicz, 2016). O governo chinês incentiva o uso dos termos em inglês (Belt and Road Initiative) ou mandarim devido à dificuldade de tradução literal.

A BRI também se destaca por seu mecanismo de financiamento, que inclui a criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS e do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) em 2015. Além disso, bancos estatais chineses como o China Development Bank (CDB), Export-Import Bank of China, Bank of China e Industrial and Commercial Bank of China (ICBC), juntamente com um fundo específico de US\$ 40 bilhões (Silk Road Fund), fornecem suporte financeiro significativo (Hiratuka, 2018).

Os objetivos da BRI são multifacetados, abrangendo dimensões econômicas, financeiras, políticas e estratégicas:

- **Desenvolvimento Econômico e Gestão da Capacidade Ociosa:** Um dos objetivos é manter o ritmo de crescimento econômico da China, administrando o volume de investimentos, aumentando o consumo interno e reduzindo a capacidade ociosa em vários setores (Hiratuka, 2018). Isso permite que grandes empresas chinesas continuem a expandir-se internacionalmente, compensando a desaceleração do mercado interno.
- **Segurança de Recursos e Acesso a Mercados:** Visa garantir o fornecimento contínuo e seguro de matérias-primas e buscar novos mercados para produtos manufaturados (Santos; Milan, 2014).
- **Avanço Tecnológico:** Procura adquirir e desenvolver tecnologia, integrando as empresas chinesas ao mercado internacional. Há também um esforço para ampliar a adoção de padrões tecnológicos chineses no exterior, especialmente em setores de alta tecnologia, como telecomunicações, TI e trens de alta velocidade (Cai, 2017).
- **Projeção Geopolítica e Influência:** A BRI é um componente estratégico de projeção política, buscando aumentar a influência da China no exterior e consolidar seus interesses nacionais através de fluxos econômicos. A iniciativa também visa promover a conectividade e a integração global.
 - Aqui, destaca-se que o objetivo de relação e investimento varia de acordo com o continente: enquanto na Europa, por exemplo, o objetivo encontra-se na aquisição de empresas estrangeiras para, em seguida, adquirir tecnologia, setores de pesquisa e desenvolvimento, na América Latina, Eurásia e África, o foco dos investimentos ocorre de modo a facilitar o escoamento de recursos naturais (Blackwill; Harris, 2016 e Ouriques, 2014).

- **Protagonismo Financeiro e Internacionalização do Renminbi:** A China busca maior protagonismo na esfera financeira, em resposta às lentas mudanças nas instituições financeiras multilaterais tradicionais, e procura expandir a atuação de suas empresas e bancos no exterior para aumentar a internacionalização de sua moeda, o Renminbi (RMB) (Hiratuka, 2018).
- **Provisão de Bens Públicos Globais:** O governo chinês expressa o desejo de contribuir para a ordem mundial existente, fornecendo bens públicos globais, como financiamento para infraestrutura. Os chineses defendem que a BRI promove o desenvolvimento e a prosperidade para todos os países da rota, seguindo um modelo de cooperação "ganho mútuo" (win-win) (Jinping, 2017).

Dessa forma, ao compreender as estratégias de desenvolvimento adotadas pela China — marcadas por uma forte atuação estatal, planejamento de longo prazo e busca por inserção internacional em setores estratégicos — torna-se possível enxergar os investimentos chineses no exterior não apenas como movimentações econômicas isoladas, mas como extensões práticas de sua agenda geopolítica e econômica. Nesse contexto, o Brasil se apresenta como um destino prioritário, tanto por seu peso regional quanto pelos recursos naturais e setores de infraestrutura considerados estratégicos por Pequim. A análise dos investimentos chineses em território brasileiro, portanto, deve ser realizada à luz dessas diretrizes mais amplas, que orientam a internacionalização do capital chinês e a consolidação de parcerias sul-sul como parte de sua inserção global.

3.3 Comércio Internacional Brasil-China

Após o fim da Guerra Fria e as mudanças políticas e econômicas no Brasil, o Leste Asiático se tornou uma área estratégica para a inserção internacional brasileira, tanto econômica quanto politicamente. No entanto, a inserção internacional brasileira foi lenta, ocorrendo de fato no final do século, com as reformas do governo Fernando Henrique Cardoso.

É importante lembrar que, no final do século XX, a China não tinha a projeção econômica de hoje. Deng Xiaoping renegociou as reformas com o Partido Comunista Chinês e os governadores das províncias costeiras, obtendo sucesso em 1992, mas enfrentando pressões externas devido aos incidentes de Tiananmen. Foi nesse momento, em 1993, que a China começou a usar o termo "parceria estratégica" com o Brasil, a primeira do tipo estabelecida pelo país (Biato, 2010).

O desenvolvimento chinês realmente ganhou força em 1992, alcançando um novo patamar com a adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. Em 2009, a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil, superando os Estados Unidos, que mantinha o posto a oitenta anos, e a Ásia passou a ser o principal destino das exportações brasileiras, representando 26,3% do total (Oliveira, 2016).

Nesse contexto, o Brasil possui como principais parceiros comerciais os EUA e a China, os quais representam cerca de 40% das exportações e importações brasileiras. A análise de 2024 mostra que, enquanto o Brasil teve superávit no comércio com a China (isto é, exportou mais do que importou), o comércio com os EUA foi equilibrado, sem grandes excessos de um lado ou do outro, como mostra o quadro abaixo.

Figura 1: Saldo Comercial Bilateral do Brasil em 2024

Parceiro	US\$ bilhões								
	Exportações		Importações		Saldo		Participação		
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Exp	Imp	Saldo
Total	337	15,5%	263	12,1%	74	3,4%	100%	100%	100,0%
China	94	4,3%	64	2,9%	31	1,4%	28%	24%	41,4%
União Europeia	48	2,2%	47	2,2%	1	0,0%	14%	18%	1,4%
Argentina	14	0,6%	14	0,6%	0	0,0%	4%	5%	0,3%
EUA	40	1,9%	41	1,9%	-0	0,0%	12%	15%	-0,4%
Demais	140	6,4%	98	4,5%	43	2,0%	42%	37%	57,3%

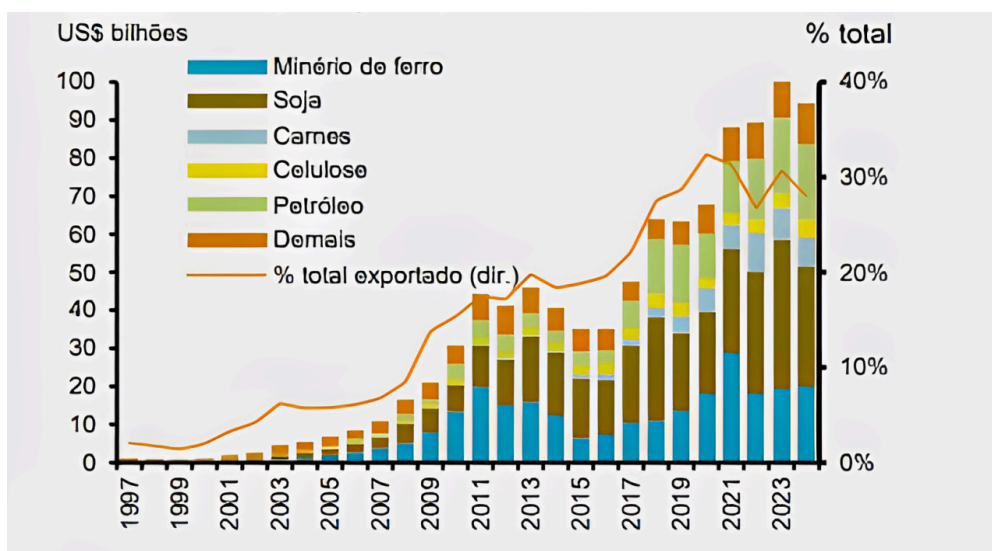
Fonte: SECEX/MDIC

Fonte: Relatório de Política Monetária, 06/2025.

Quando se detalha os produtos negociados, vemos que o comércio com os EUA é mais diversificado, com cinco produtos principais (petróleo, semi acabados de ferro/aço, ferro-gusa, café e aeronaves) respondendo por 40% do total das exportações brasileiras para lá. Já no comércio com a China, a pauta é muito mais concentrada, com apenas cinco produtos (soja, petróleo, minério de ferro, carnes e celulose) respondendo por 90% das exportações brasileiras para o país asiático (Banco Central do Brasil, 2025).

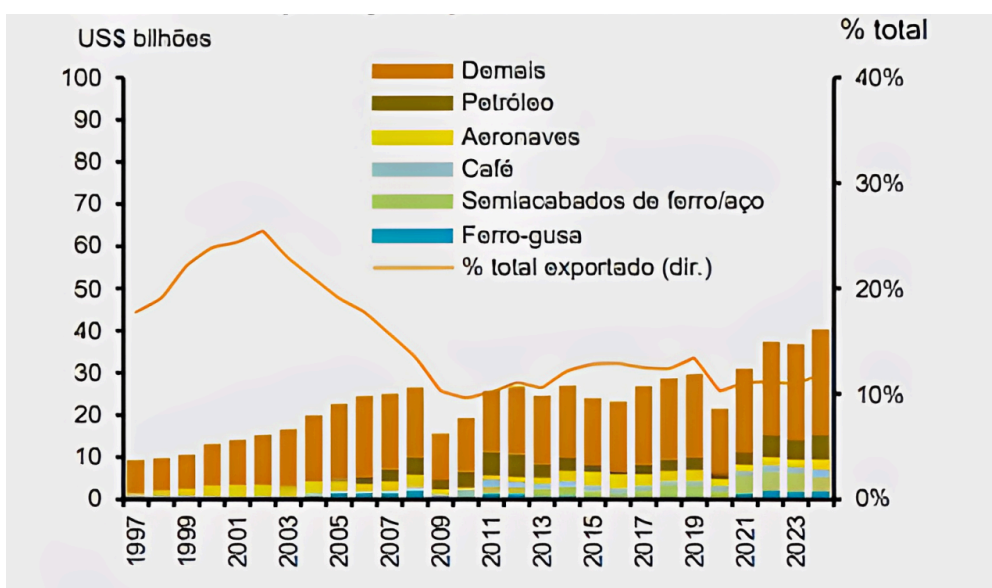
Nas importações, a China apresenta uma pauta mais variada do que os EUA. O Brasil importa dos EUA principalmente máquinas, óleos combustíveis, aeronaves e gás natural, que somam 34% das importações vindas de lá. Por outro lado, as importações da China têm como principais produtos, veículos elétricos, equipamentos de telecomunicação, químicos e painéis solares, que representam 22% do total importado da China, conforme mostra o quadro comparativo abaixo (Figuras 2 e 3).

Figura 2: Exportações Brasileiras para a China até 2024



Fonte: SECEX, 2025

Figura 3: Exportações Brasileiras para os Estados Unidos



Fonte: SECEX, 2025

Ademais, o aumento do comércio China-Brasil revela não apenas um ganho em volume, mas em grau de tecnologia associado: o Brasil tem um portfólio de exportação composto por 90% de produtos básicos ou *commodities*, enquanto possui um portfólio importador de 97,9% de produtos manufaturados, mantendo o padrão centro-periferia no comércio internacional.

Figura 4: Distribuição das Exportações do Brasil com a China por fator de uso (%)

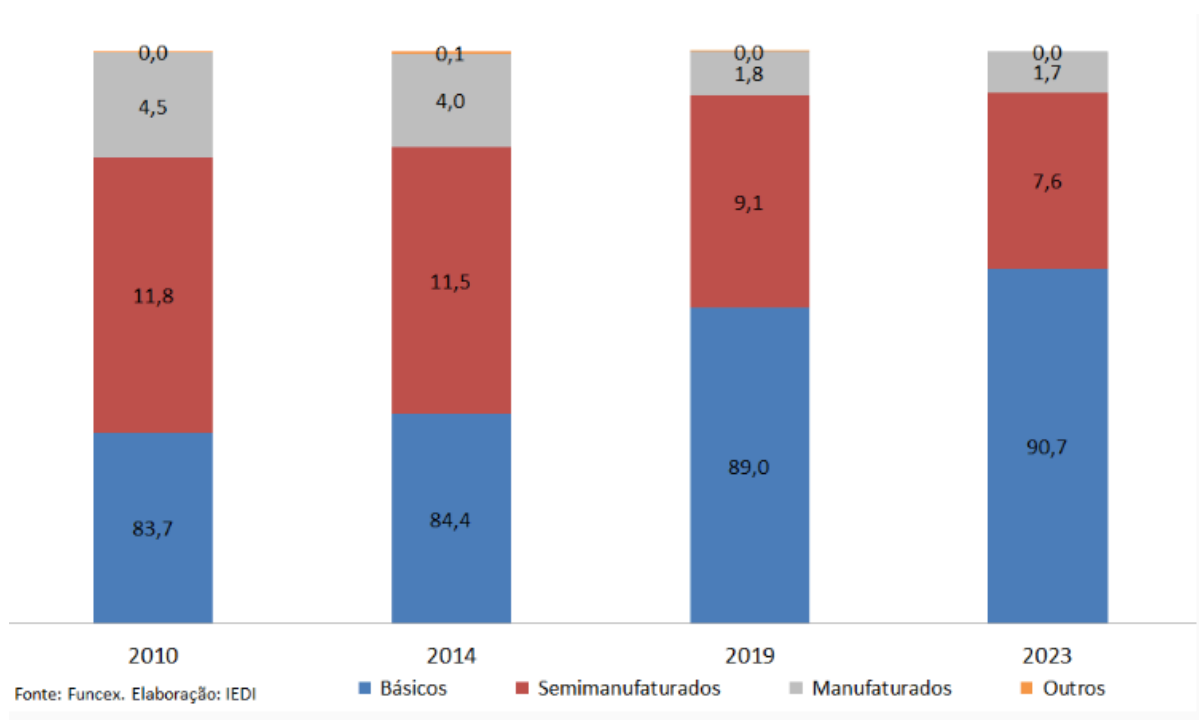
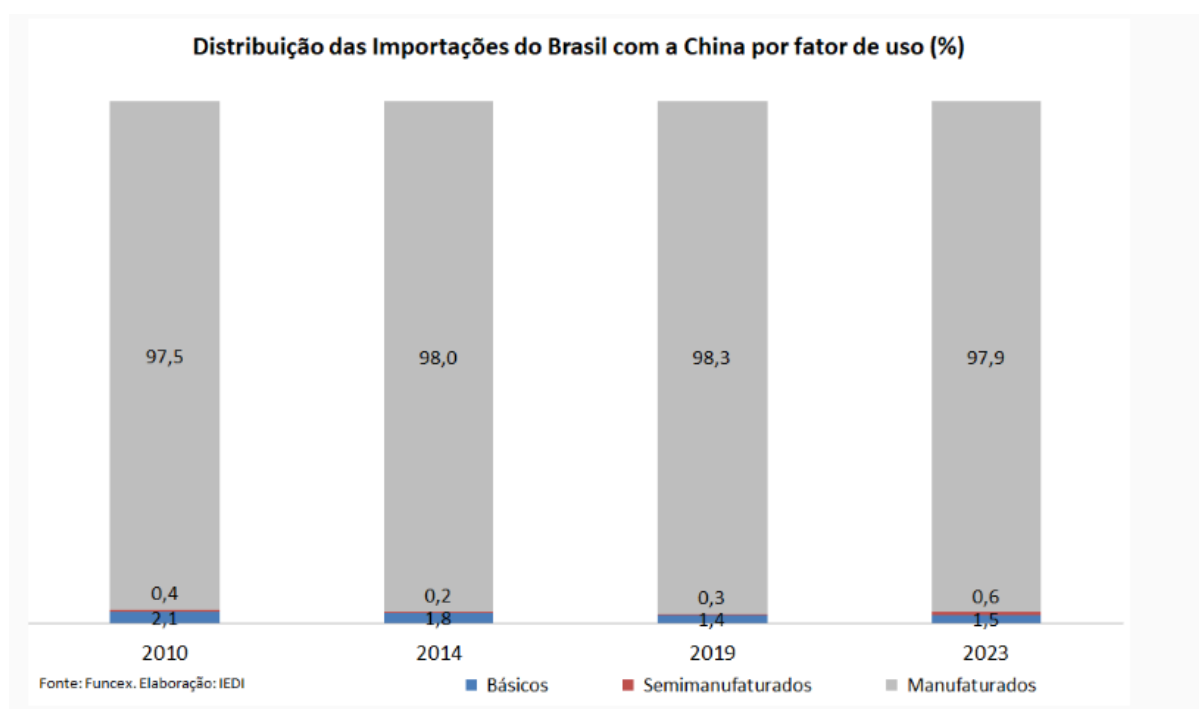


Figura 5: Distribuição das Importações do Brasil com a China por fator de uso (%)



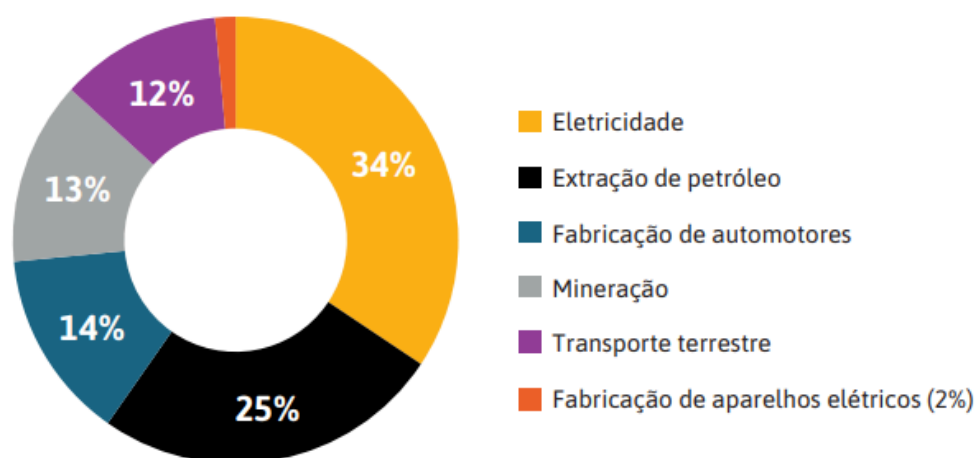
3.4 Investimentos chineses no Brasil

Após se tornar o principal parceiro comercial do Brasil em 2009, a China aumentou significativamente seu papel nos investimentos em setores estratégicos da economia brasileira (Lima, 2016). Entre 2005 e 2022, a China investiu US\$ 79 bilhões no Brasil. Houve uma forte concentração setorial, com petróleo e gás (25%) e energia elétrica (34%) representando a maior parte do investimento acumulado, totalizando 59%. Houve uma mudança no perfil dos investimentos chineses no Brasil em 2024. Embora o valor médio anual entre 2020 e 2024 tenha sido o menor dos últimos 15 anos (US\$ 3,1 bilhões), o número médio de projetos foi o maior (27 por ano). Isso indica uma preferência por iniciativas menos intensivas em capital, mas com alto valor estratégico.

Outro destaque é a indústria manufatureira teve um aumento quase ininterrupto no número de projetos desde 2021, chegando a um recorde de oito empreendimentos confirmados em 2024, com US\$ 637 milhões investidos. Isso se alinha com a política brasileira de reindustrialização ("Nova Indústria Brasil"). Há um interesse renovado em minerais estratégicos (estanho, nióbio, tântalo, cobre, lítio), essenciais para a indústria de transição energética. Além disso, a fabricação de veículos automotores, especialmente veículos elétricos e híbridos, é um destaque na manufatura, com a continuidade da construção de fábricas da BYD e GWM no Brasil. A indústria manufatureira, em particular a fabricação de veículos automotores (veículos elétricos e híbridos) e componentes elétricos, é um foco de investimento tanto no Brasil quanto em regiões como a UE/Reino Unido e a América Latina em geral (CEBC, 2025).

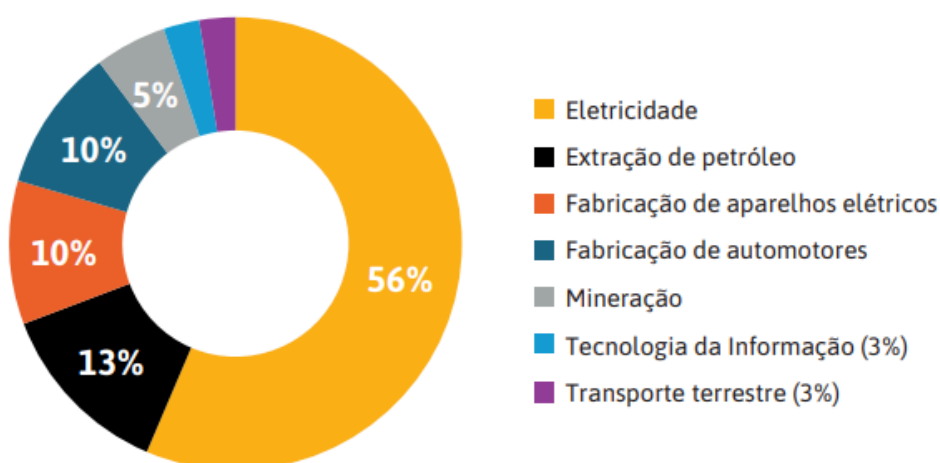
Os gráficos abaixo ilustram os setores econômicos investidos por volume, assim como a divisão setorial dos investimentos por número de projetos.

Figura 6: Divisão setorial dos investimentos chineses no Brasil em 2024 (% do valor total, em US\$)



Fonte: CEBC, 2025

Figura 7: Divisão setorial dos investimentos chineses no Brasil em 2024 (% do número total de projetos)

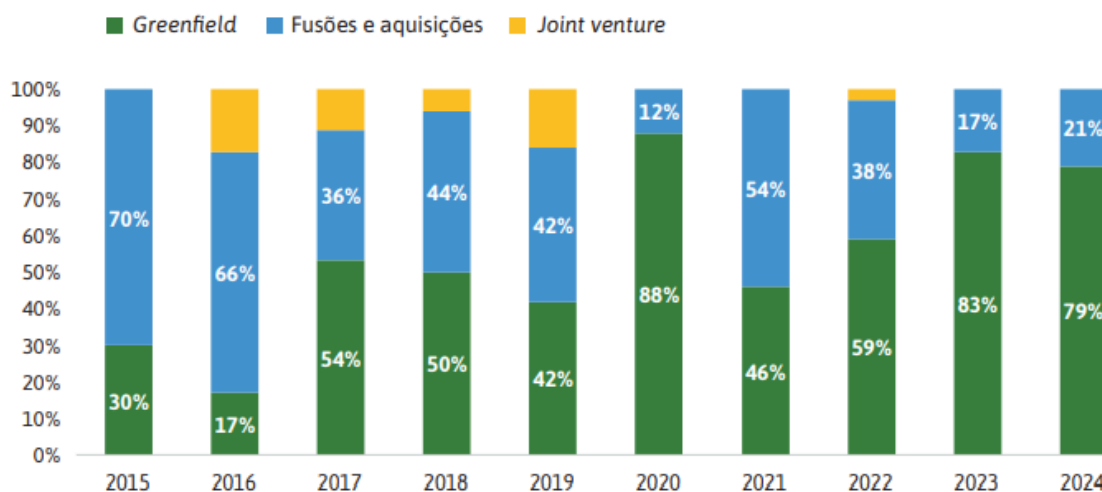


Fonte: CEBC, 2025

Essa concentração é explicada tanto pela busca global da China por recursos energéticos quanto por características e oportunidades específicas do Brasil no período estudado. As formas de participação variam, sendo mais comuns as fusões e aquisições no setor elétrico e concessões de exploração no setor de petróleo e gás (Freitas; Borghi, 2024). Contudo, empreendimentos denominados greenfield - um tipo de investimento ou projeto caracterizado pela construção de empreendimentos do zero - passaram a corresponder a 79% de novos projetos.

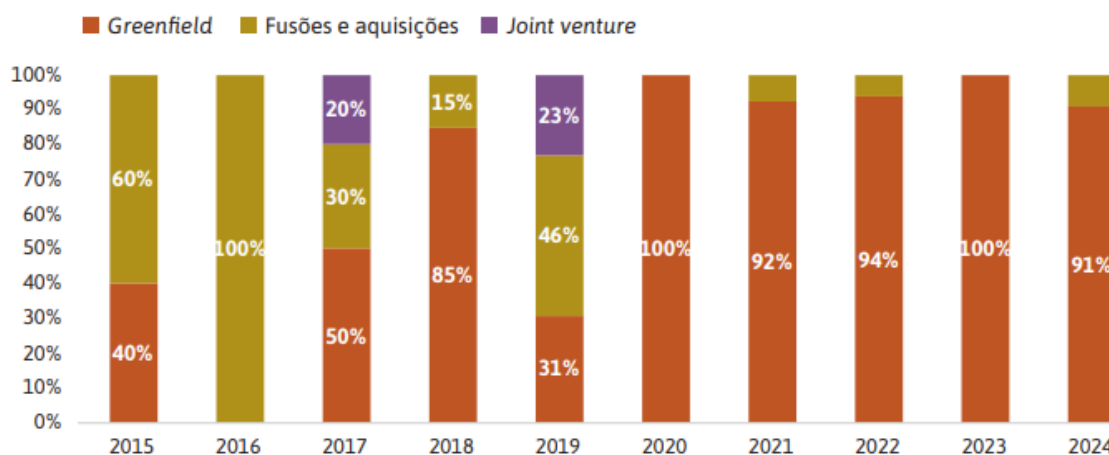
Abaixo, os gráficos ilustram a distribuição das modalidades de investimento no geral e a distribuição das modalidades de investimento no setor elétrico, assim como o tipo de empresa que realiza tais investimentos.

**Figura 8: Evolução da forma de ingresso dos investimentos chineses no Brasil
(percentual do número total de projetos)**



Fonte: CEBC, 2025

**Figura 9: Evolução da forma de ingresso dos investimentos chineses em eletricidade no
Brasil (percentual do número total de projetos)**



Fonte: CEBC, 2025

Quanto às empresas chinesas responsáveis por gerir os investimentos no Brasil tem-se a China Communications Construction Company (CCCC) que é a maior empresa estatal

chinesa de capital aberto especializada em obras de engenharia e construção voltadas à infraestrutura. No setor de Petróleo e Gás, empresas como Sinopec, CNPC e CNOOC são grandes empresas petrolíferas nacionais com o Estado como principal acionista. No setor de energia elétrica, a State Grid Corporation of China (SGCC), China Three Gorges (CTG), State Power Investment Corporation (SPIC) e China General Nuclear Power (CGN) são exemplos de gigantes estatais (Freitas; Borghi, 2024).

Embora as estatais sejam dominantes em muitos setores, a China também possui importantes empresas privadas e públicas que atuam em conjunto, especialmente no setor de energia elétrica brasileiro. A PetroChina, por exemplo, é uma subsidiária semi-estatal da Companhia Nacional de Petróleo da China (CNPC) (Freitas; Borghi, 2024).

A concentração em petróleo e gás e energia elétrica deriva de uma combinação de fatores, segundo Wu (2014):

- Busca por Segurança Energética pela China: A China, sendo importadora líquida de combustíveis fósseis desde 2009, busca ativamente recursos naturais e energia no exterior para garantir seu crescimento de longo prazo. As National Oil Companies (NOCs) chinesas buscam adquirir ativos estratégicos e know-how, especialmente em extração em águas profundas.
- Desenvolvimento de gás não convencional: Wu (2014) destaca a crescente preocupação do governo chinês com fontes alternativas de energia, dada a necessidade de garantir o abastecimento interno. A China tem concentrado seus esforços especialmente na extração de gás de xisto e CBM (Coalbed Methane). O gás de xisto, encontrado em três formas distintas — marinho, marinho-terrágeno e terrígeno — representa uma das principais apostas, com destaque para o campo de Fuling, em Chongqing, que produziu mais de 1 bilhão de metros cúbicos no primeiro trimestre de 2022.

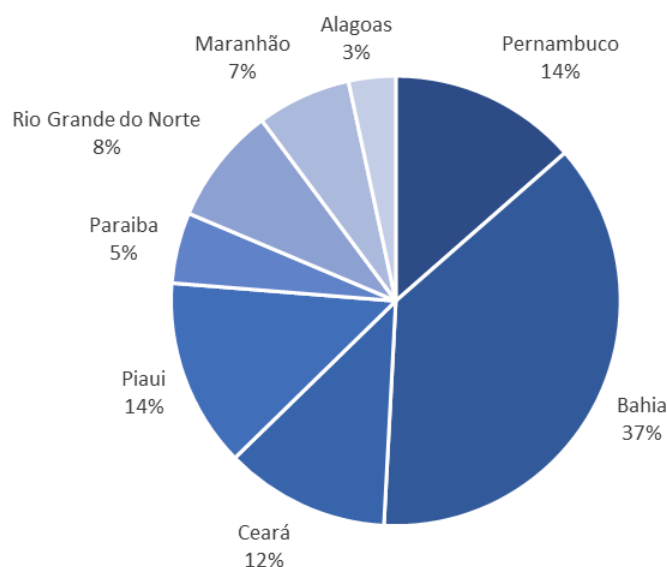
Nessa perspectiva, a partir de 2019 houve uma reversão dos investimentos chineses e pela primeira vez o Nordeste liderou o ranking com o maior número de empreendimentos chineses, totalizando 14 empreendimentos. Essa posição indica uma mudança na percepção do Nordeste, que passa de "região problema" para promissora para grandes aportes financeiros (Nagahama, 2022).

A capacidade de atração de investimentos nos estados nordestinos está relacionada a vantagens comparativas locais, tamanho da economia, infraestrutura mais avançada

(transporte, comunicação, logística) e potencial de gerar externalidades positivas. (Nagahama, 2022).

Os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Piauí foram os que receberam maiores aportes no período 2007-2024, conforme o gráfico da figura 10. Os principais setores de interesse chinês no Nordeste incluem infraestrutura energética (eólica e solar), transporte e telecomunicação, além de saúde pública, fruticultura, infraestrutura urbana, segurança pública e indústria (Nagahama, 2022).

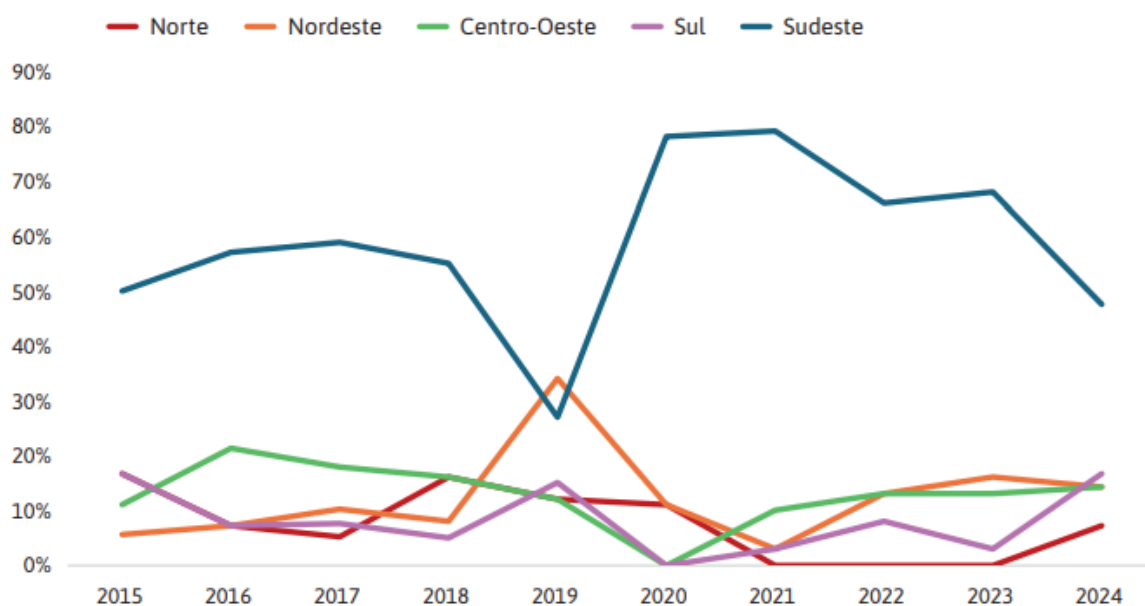
Figura 10: Participação por Estado dos investimentos chineses 2007 - 2024



Fonte: CEBC 2025; Elaboração da autora.

Contudo, esse cenário se reverteu nos anos seguintes, com o Sudeste ainda apresentando o maior fluxo de IED chinês (Figura 11), mas a partir de 2024, com uma participação descendente, indicando que outras regiões podem ter uma reversão no fluxo de investimentos nos anos posteriores e por isso, analisar os impactos que os fluxos de investimentos chineses causam no Semiárido é importante para desenvolver medidas que corroborem para o desenvolvimento difuso da região.

Figura 11: Evolução da distribuição regional dos investimentos chineses no Brasil (% do número de projetos)



Fonte: CEBC, 2025

Ademais, merece destaque a iniciativa subnacional Consórcio Nordeste, criada em 2019. O Consórcio Nordeste é um consórcio interestadual criado em 2019 que reúne os nove estados do Nordeste brasileiro, funcionando como uma única pessoa jurídica com base na legislação de consórcios públicos (Lei nº 11.107/2005). Sua criação é inédita no Brasil por sua escala regional e capacidade de articulação entre os estados.

Sua importância está em atuar como instrumento estratégico para o enfrentamento do subdesenvolvimento da região, promovendo o desenvolvimento socioeconômico e sustentável. Também facilita a cooperação entre os estados, a captação de investimentos estrangeiros (especialmente chineses), a realização de compras conjuntas com ganhos de escala, e a articulação política regional.

Contudo, a iniciativa possui limitações relacionadas a desafios políticos, econômicos e institucionais, que incluem dificuldades na coordenação completa com a esfera federal, restrições orçamentárias, e o fato de que, apesar das parcerias e iniciativas em sustentabilidade e combate às mudanças climáticas, algumas ações podem ainda estar alinhadas a uma lógica mercantilista sem alterar a base econômica vigente (Santos, 2024). Também dependem da concordância e empenho dos estados consorciados para decisões e execução de políticas, podendo haver divergências internas, o que enfraquece medidas estratégicas do uso de investimentos externos e de barganha no cenário internacional.

3.4.1 Evolução dos Investimentos Chineses no Brasil (2000–2025)

A evolução dos investimentos chineses no Brasil entre 2000 e 2025 passou por transformações significativas, refletindo mudanças globais e dinâmicas econômicas específicas entre os dois países. Inicialmente, de 2000 a meados de 2008, a presença chinesa no Brasil foi modesta, limitada à importação de commodities como soja, minério de ferro e petróleo, além da instalação de pequenas filiais comerciais. Esse cenário refletia uma aproximação cautelosa, sem grandes iniciativas estratégicas, o que era característico do modelo de inserção econômica da China no cenário internacional naquele período.

A partir de 2009, com a crise financeira global e o fortalecimento do programa "Go Global", as empresas estatais chinesas buscaram ativos seguros, priorizando setores estratégicos como energia, mineração e siderurgia. O grande salto dos investimentos ocorreu com o aumento significativo das fusões e aquisições, com destaque para a compra de ativos em setores de infraestrutura, energia e commodities, consolidando a presença da China no Brasil. Esse movimento não apenas refletiu a busca por mercados seguros, mas também o interesse em integrar mais profundamente as cadeias produtivas globais. A mudança na estratégia de investimentos reflete a adaptação das políticas econômicas da China para expandir sua presença global.

3.4.2 Mecanismos de Cooperação Bilateral

Dentre os mecanismos de Cooperação Bilateral, estes podem ser divididos em mecanismos formais e informais. Dentre os mecanismos formais, tem-se:

1. Memorandos de Entendimento

Configuram-se de documentos assinados bilateralmente a partir de 2004, durante os governos de Lula e Hu Jintao, atuando como dispositivos diplomáticos cruciais para o fortalecimento da cooperação econômica e tecnológica entre Brasil e China, uma vez que abriram portas para negociações mais concretas, como acordos de crédito, joint ventures e licitações públicas que multiplicaram-se no período pós 2009. Embora esses acordos não tivessem força de tratado, desempenharam funções fundamentais na construção de confiança mútua e no alinhamento estratégico entre os dois países.

Dentro dessa dinâmica, as MoUs possuem três principais funções:

- a. **Criação de confiança mútua e alinhamento estratégico:** A assinatura dos MoUs em áreas-chave, como infraestrutura, energia e ciência e tecnologia, permitiu que Brasil e

China estabelecessem diálogos técnicos essenciais para a formação de futuros acordos e alianças estratégicas.

- b. **Redução de barreiras políticas e burocráticas:** Ao reconhecer as prioridades nacionais de ambos os países, como a diversificação energética do Brasil e a segurança no fornecimento de commodities da China, os MoUs funcionaram como "gatekeepers" que agilizaram a implementação de projetos específicos, reduzindo a burocracia governamental, visto que são elaborados e assinados mais rapidamente do que contratos formais, evitando processos demorados de revisão jurídica e aprovação administrativa.
- c. **Atuam como instrumento de inserção geoeconômica:** os MoUs também desempenharam o papel de legitimar ideologicamente o capital chinês no Brasil, apresentando um discurso de cooperação "Sul-Sul", enquanto mascaravam a assimetria estrutural existente entre os países, com o Brasil permanecendo um exportador de recursos naturais e a China expandindo seu controle sobre esses recursos.

2. Plataformas de Cooperação Multissetorial

Ocorreram com maior vigor entre 2008 e 2010, e são estruturas institucionais e mecanismos organizados para promover a colaboração integrada entre os dois países em múltiplos setores, como infraestrutura, tecnologia, comércio, ciência, desenvolvimento regional e meio ambiente. Um exemplo significativo foi o Grupo de Alto Nível Brasil-China (LAN), criado em 2010. Esse grupo era composto por ministros das Relações Exteriores, Planejamento e presidentes de bancos de desenvolvimento de ambos os países. Suas propostas centrais incluíam a avaliação conjunta de projetos de infraestrutura, como portos e ferrovias no Brasil, enquanto a China se comprometeu a financiar hidrelétricas e linhas de transmissão.

O funcionamento do LAN envolvia reuniões bienais alternadas entre Brasília e Pequim, acompanhadas de comitês técnicos especializados em setores como energia, tecnologia da informação e agronegócio.

Concomitantemente, acordos informais atuam como plataformas de cooperação multissetorial que se consolidaram ao longo do tempo em projetos formais voltados para cooperação em diversos setores brasileiros.

Além dos MoUs e das plataformas de Cooperação Multissetorial, destacam-se:

- Fórum Empresarial Binacional Brasil-China: iniciado em 2004 é uma plataforma de diálogo e cooperação entre empresários e representantes governamentais dos dois países, que visa ampliar as relações comerciais, fomentar investimentos bilaterais e fortalecer a parceria estratégica e que ajuda a acelerar acordos comerciais em setores como agronegócio e infraestrutura.
- Comitê Conjunto de Ciência, Tecnologia e Inovação: com foco em pesquisa em biotecnologia agrícola, energias renováveis e TIC, permitindo a colaboração em P&D com financiamento bilateral de bolsas de doutorado e centros de pesquisa em Fortaleza e Recife.
 - Teve início na década de 2000, sendo uma das instâncias importantes da cooperação bilateral estabelecida dentro da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), criada em 2004. Este comitê é responsável por coordenar as ações e programas conjuntos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação nos dois países, abrangendo áreas como tecnologias emergentes, saúde, energia, inteligência artificial, e setores estratégicos como o espacial.
- Grupo de Trabalho em Infraestrutura e Logística: consolidado em meados dos anos 2010, consolidando-se como um espaço técnico e político para articular a cooperação bilateral em infraestrutura física, transporte e logística. O grupo de trabalho coordena estudos conjuntos, projetos e iniciativas para melhorar os corredores logísticos, modais de transporte e integração entre os dois países, visando superar gargalos logísticos e promover o desenvolvimento econômico. que integra instituições como o BNDES e o Eximbank, com foco em monitorar e planejar a construção de corredores ferroviários e terminais portuários.

Esses mecanismos informais, como comitês técnicos e fóruns empresariais, ajudaram a estabelecer canais de comunicação contínuos e eficazes entre os dois países, promovendo a cooperação mútua e reduzindo a percepção de riscos.

Associado aos mecanismos de cooperação bilateral, a China direciona esforços para ampliar as modalidades de investimento no Brasil, utilizando a convergência encontrados através dos Memorandos de Entendimento (MoUs) e Plataformas de Cooperação Multissetorial, associado com seu interesse nacional em diversificar suas fontes de recursos naturais, uma vez que com o seu desenvolvimento enfrenta gargalos na provisão desses bens essenciais para sua segurança energética. Nesse sentido, desde 2009, a China se comporta

como um importador líquido dos 3 tipos de energia fóssil - petróleo, gás natural e carvão (Wu, 2014).

Assim, esses mecanismos facilitaram a implementação de projetos de grande escala, como contratos EPC, joint ventures e aquisições, reforçando a presença chinesa em setores-chave como infraestrutura, energia e tecnologia.

3.4.3 Modalidades de Investimento (2000–2025)

Nota-se que entre 2000 e 2025 os investimentos chineses ocorreram por meio de uma ampla variedade de modalidades de investimento, que, por sua vez, foram estrategicamente desenhadas para atender aos interesses econômicos, geopolíticos e tecnológicos da China e são reflexo tanto do crescimento das capacidades econômicas chinesas quanto a necessidade de expansão de suas empresas em mercados internacionais que fossem estratégicos.

Nessa perspectiva, as modalidades de investimento mais relevantes incluem financiamentos oficiais, contratos de Engenharia, Procurement e Construção (EPC), fusões e aquisições, joint ventures (JVs), investimento em private equity e contratos comerciais diretos. Cada uma dessas modalidades desempenhou um papel fundamental no fortalecimento da presença chinesa no Brasil e, ao mesmo tempo, refletiu as tendências da economia global e as mudanças nas políticas externas da China.

3.4.4 Financiamentos Oficiais (2005–2015)

Os financiamentos oficiais, oferecidos por instituições como o Eximbank e o China Development Bank (CDB), foram uma das primeiras e mais eficazes formas de inserção do capital chinês no Brasil. Através de empréstimos, a China começou a financiar grandes projetos de infraestrutura, energia e transporte no Brasil, com a condição de que os contratos fossem realizados com empresas chinesas, frequentemente por meio de acordos de EPC (Engineering, Procurement & Construction), ou seja, contratos que envolvem a execução completa de um projeto, desde o planejamento e o fornecimento de equipamentos até a construção e a entrega, sem a necessidade de outras empresas locais para a coordenação dos diversos aspectos da obra.

Esses financiamentos foram oferecidos a longo prazo, com baixas taxas de juros e períodos de carência que variam de 3 a 5 anos, o que proporcionou condições financeiras favoráveis para o Brasil, mas ao mesmo tempo assegurou que as empresas chinesas estivessem envolvidas em todas as etapas dos projetos. As vantagens desse modelo para a China incluem a segurança do mercado, a transferência de tecnologias padronizadas, a

geração de receitas a longo prazo e a redução da competição, já que a execução fica centralizada em uma única empresa responsável.

Para o Brasil, os contratos EPC oferecem benefícios, uma vez que, ao reunir todas as fases de um projeto sob a responsabilidade de uma única empresa, os contratos EPC simplificaram o processo de gerenciamento de projetos, tornando-o mais eficiente e com prazos mais claros.

Além disso, o Brasil obteve acesso a tecnologias avançadas, especialmente na construção de grandes infraestruturas, como portos e usinas de energia, sem ter que desenvolver toda a cadeia internamente, associado a um financiamento com juros subsidiados e prazos longos, o que aliviou a pressão sobre o orçamento público brasileiro.

Contudo, deve-se ressaltar que essa cooperação know-how pode ser lida como uma estratégia chinesa que visa aumentar a eficiência interna para desfrutar dos recursos finais produzidos, visto que, os setores que recebem IED correspondem a setores estratégicos para a China ao passo que não constrói internamente o aparato técnico que desenvolve a cadeia produtiva local, reforçando a dinâmica de assimetria disfarçada de uma cooperação Sul-Sul.

Dentro desse contexto, as principais áreas que receberam esses financiamentos foram:

- Infraestrutura (Portos, Rodovias e Ferrovias): Aqui destaca-se a construção e ampliação do Terminal de Contêineres de Pecém - CE, cuja licitação internacional ocorreu em 2024, e o financiamento de trechos da Ferrovia Transnordestina que teve aprovação de aportes em 2023 (CEBC, 2024).

Nesse cenário, tais investimentos visam transformar a logística nacional de modo a facilitar o escoamento de commodities, comportamento que se alinha com a grade importadora chineses dos produtos brasileiros (Figura 5) e em muito se assemelha às iniciativas ingleses durante o período colonial nas ferrovias brasileiras com o foco de escoar a produção de açúcar, reforçando a relação centro-periferia.

- Energia: No setor energético, a China financiou a construção de linhas de transmissão e hidrelétricas, como a Hidrelétrica de Xingó, no Nordeste. Esses financiamentos ajudaram o Brasil a expandir sua capacidade energética, especialmente em regiões mais carentes de infraestrutura elétrica, ao mesmo tempo em que garantiram a participação das empresas chinesas no fornecimento de equipamentos e na construção dessas instalações.

3.4.5 Fusões & Aquisições

As fusões e aquisições foram uma das formas mais agressivas de inserção do capital chinês no Brasil, especialmente após 2008, visto que gerou oportunidades ao afetar filiais de empresas transnacionais ocidentais no Brasil, abrindo espaço para empresas chinesas se tornarem "players" importantes. Durante esse período, as empresas estatais chinesas buscaram ativos estratégicos em setores-chave, como mineração, energia e siderurgia, por meio da compra de participações em empresas brasileiras.

Ao contrário das joint ventures, as fusões e aquisições envolvem a aquisição de controle acionário de empresas sem necessariamente fundir suas estruturas, permitindo que as empresas chinesas assumissem o controle completo de operações vitais para a segurança de suas cadeias produtivas e fornecimento de matérias-primas.

Entre 2008 e 2024, a China adquiriu participações em várias empresas brasileiras, tanto minoritárias quanto majoritárias, principalmente nos setores de energia, mineração, tecnologia e logística. Alguns exemplos destacados pela literatura e notícias recentes são:

- **Setor elétrico:** Em 2015, a China Three Gorges adquiriu participações majoritárias em três empresas brasileiras do setor energético – Rio Verde Energia, Rio Canoas Energia e Triunfo Negócios de Energia, provenientes da Triunfo Participações e Investimentos SA.
- **Mineração:** A Baiyin Nonferrous Group, mineradora chinesa, comprou a mina de cobre Serrote, no estado de Alagoas, com investimento de R\$ 2,4 bilhões (data próxima a 2025).
- **Tecnologia e semicondutores:** A Longsys, empresa chinesa, investiu R\$ 650 milhões para ampliar capacidade produtiva em plantas de São Paulo e Amazonas.
- **Delivery e transporte:** A DiDi, controladora do app 99, adquiriu participação e investiu em operações de delivery no Brasil, com planos para ampliar pontos de recarga para veículos elétricos.
- **Insumos farmacêuticos:** Parceria firmada entre a brasileira Nortec Química (maior produtora de IFAs na América Latina) e empresas chinesas Acebright, Aurisco e Goto Biopharm, com investimento de R\$ 350 milhões.

Do ponto de vista estratégico, a aquisição de empresas brasileiras permitiu que as empresas chinesas tivessem controle total sobre os ativos e operações, sem a necessidade de dividir decisões com um parceiro local. Ademais, possibilitou a integração vertical de suas cadeias de produção, consolidando o fornecimento de matérias-primas e a distribuição de

produtos, além de permitir às empresas chinesas otimizar sua estrutura fiscal e financeira, aproveitando-se de passivos fiscais e de linhas de crédito existentes nas empresas adquiridas.

3.4.5 Joint Ventures (JVs)

As joint ventures (JVs) são uma modalidade de investimento que ganhou popularidade a partir de 2009, após o sucesso das primeiras parcerias entre empresas brasileiras e chinesas. As JVs envolvem a criação de uma nova entidade conjunta entre empresas de ambos os países, compartilhando capital, riscos e tecnologias, permitindo que empresas chinesas acessassem o mercado brasileiro, ao mesmo tempo em que as empresas brasileiras se beneficiavam de financiamento, tecnologia e expertise operacional da China.

Assim, as JVs permitiram que as empresas chinesas tivessem acesso ao mercado brasileiro e a seus recursos naturais, como energia renovável, minérios e energia elétrica, sem as limitações de regulamentação que poderiam existir em uma operação 100% estrangeira. Os custos operacionais e os riscos associados a grandes projetos, como a construção de parques eólicos e terminais portuários, foram compartilhados entre as empresas envolvidas, diluindo os riscos para ambos os lados. Ao envolver empresas brasileiras com conhecimento local, as JVs conseguiram aproveitar as cadeias de valor locais, utilizando insumos e mão de obra brasileiras ao mesmo tempo em que integravam tecnologias avançadas de engenharia e gestão de projetos.

Exemplos de JVs no Brasil que se destacam incluem a Sino-Brasileira de Energia Eólica, formada entre a China Communications Construction Company (CCCC) e um grupo empresarial brasileiro para a construção de parques eólicos no Ceará, e a Sociedade Suape Port Solutions formada entre a China Merchants Port Holdings e a Companhia Administradora do Complexo Industrial e Portuário de Suape (Suape S.A.), para a ampliação de cais de contêineres em Pernambuco (CEBC, 2021; 2017).

3.4.6 Investimentos em Private Equity

Os investimentos em private equity representam uma modalidade de aporte de fundos chineses em startups e empresas de médio porte no Brasil e que se expandiu a partir de 2015, especialmente nas áreas de fintechs, agritechs e tecnologia da informação e comunicação (TIC), que utilizam fundos como o Fundo Sino-Brasil Tech Ventures. Esses investimentos têm o objetivo de captar empresas emergentes com alto potencial de crescimento, permitindo que os investidores chineses se posicionem em setores inovadores enquanto as empresas brasileiras se beneficiam de aportes de capital e expertise em gestão.

Ao investir em startups e empresas de médio porte, a China tem se colocado na vanguarda de setores inovadores, ampliando seu portfólio global em tecnologia, como também permite o acesso a novas tecnologias, que podem ser utilizadas tanto no mercado local quanto em outros mercados internacionais.

Para o Brasil, esses investimentos oferecem capital para inovação, além de capacidade técnica e conexões internacionais, possibilitando o crescimento de empresas locais em um ambiente globalizado.

Um exemplo disso é a MSA Capital, que é uma empresa chinesa de private equity e venture capital que realizou investimentos no Brasil no setor de Tecnologia da Informação. Em 2021, a MSA Capital fez três novos aportes no Brasil, nos quais incluíram a participação em uma extensão de uma rodada de captação de investimentos do Nubank, na qual a Tencent também esteve envolvida.

A empresa também participou de uma rodada de R\$ 20 milhões da Cayena, que conecta negócios de alimentação a fornecedores. Essa rodada foi liderada pelo fundo Picus Capital e contou com outros investidores. Em outubro de 2021, a MSA Capital participou de uma rodada de investimentos de R\$ 140 milhões na Favo, uma startup de entrega de itens de supermercado por meio de revendedores parceiros. Essa rodada foi liderada pela Tiger Global e incluiu outros investidores. Os investimentos da MSA Capital estão alinhados com o aumento geral dos investimentos chineses em Tecnologia da Informação no Brasil, que bateu recorde em número de projetos em 2021 (CEBC, 2021).

3.4.6 Investimentos Greenfield

A preferência inicial para fusões e aquisições deve-se à eventos como crise financeira global de 2008 afetou empresas ocidentais no Brasil, criando oportunidades de aquisição, especialmente dentro do setor energético. A crise interna brasileira a partir de 2014 e os escândalos de corrupção levaram empresas brasileiras (como Camargo Corrêa e fundos de pensão) a vender participações em ativos energéticos (ex: CPFL), que foram adquiridos por empresas chinesas como a State Grid. O Brasil é um grande mercado consumidor de energia elétrica e possui um setor bem regulamentado, oferecendo segurança para contratos de longo prazo. A diversidade de recursos, incluindo fontes renováveis, também é um atrativo (Freitas; Borghi, 2024).

A partir de 2017, a mudança na modalidade de inserção para projetos greenfield indica uma preferência por iniciativas menos intensivas em capital, mas com alto valor estratégico. Ao invés de grandes aquisições de ativos já consolidados (que seriam intensivas

em capital), os greenfields permitem aos investidores chineses iniciar ou expandir projetos em setores-chave que alinham seus interesses. Além disso, em regiões como a América Latina, a crescente preferência por greenfields sugere que as empresas chinesas estão se tornando menos dependentes de fusões e aquisições, indicando uma curva de aprendizado ascendente em relação ao ambiente de negócios local.

4. Brasil-China: relacionamento centro-periferia?

A crescente presença da China no Brasil, especialmente no contexto de grandes projetos de infraestrutura e energia, reflete uma mudança substancial nos modelos de investimento estrangeiro, principalmente por meio da convergência de múltiplas modalidades de financiamento e cooperação. Em projetos de grande escala, como os terminais portuários de Pecém, as hidrelétricas e os parques eólicos no Nordeste, diversas modalidades de investimento e gestão — como financiamentos oficiais, contratos de Engenharia, Procurement e Construção (EPC), joint ventures (JVs) e private equity — convergem para garantir a viabilidade, a segurança e a eficiência desses empreendimentos. Essa convergência ocorre por diversas razões, que envolvem tanto a complexidade técnica desses projetos quanto às necessidades financeiras e políticas de ambos os países envolvidos.

Nota-se, portanto, que em projetos de grande escala, como os financiados por empresas chinesas no Brasil, há a atuação de diversas modalidades de investimento, como financiamentos oficiais, contratos EPC, joint ventures e private equity, uma vez que a execução é dividida em várias fases, cada uma com suas características e necessidades específicas.

Na fase de planejamento e licenciamento, os memorandos de entendimento (MoUs) e os comitês técnicos desempenham um papel fundamental, preparando o terreno para as fases subsequentes, auxiliando na formalização da cooperação política e diplomática, criando um ambiente favorável à execução dos projetos. Nesse momento, joint ventures podem ser formadas para realizar estudos de mercado, análises de viabilidade e relações locais com prefeituras e órgãos reguladores.

Por exemplo, no caso do projeto Transnordestina, uma joint venture entre empresas brasileiras e chinesas foi essencial para a avaliação das condições locais e o licenciamento ambiental, algo que poderia ser mais demorado e complexo caso fosse feito exclusivamente por empresas estrangeiras. A parceria com empresas locais ajudou a garantir que os requisitos legais e ambientais fossem atendidos rapidamente.

Por outro lado, a fase de engenharia e construção exige um alto nível de coordenação e especialização, com contratos EPC assumindo a responsabilidade pela execução do projeto, garantindo que as etapas do projeto sejam concluídas com qualidade, pontualidade e eficiência. Em projetos como os terminais portuários de Pecém e Suape, os contratos EPC foram fundamentais para garantir que as obras fossem concluídas dentro do cronograma e com os padrões exigidos.

Além disso, a utilização de financiamentos oficiais garantiu a disponibilidade de recursos a custos subsidiados e com prazos longos, o que permitiu que as obras fossem concluídas sem grandes dificuldades financeiras. A combinação de financiamento estatal e gestão privada foi crucial para a execução de obras dessa magnitude, que exigem altos investimentos e envolvem múltiplos parceiros.

Por fim, na fase de operação e expansão, as joint ventures desempenham um papel vital, especialmente em projetos de infraestrutura portuária e energia renovável. Por exemplo, no caso do projeto de parques eólicos em Pecém, a joint venture entre empresas chinesas e brasileiras foi responsável pela gestão operacional dos parques, integrando mão de obra local e tecnologia chinesa para a geração de energia renovável. Além disso, a expansão dos projetos pode ser financiada por meio de private equity, que oferece recursos para aumentar a capacidade de produção ou ampliar a infraestrutura existente.

Ao longo dessa fase, as joint ventures também são responsáveis pela gestão da operação, garantindo que a infraestrutura construída seja mantida e que o projeto seja sustentável a longo prazo. Além disso, os investimentos privados em private equity permitem que o projeto cresça sem depender exclusivamente de fontes estatais, tornando-o mais autossustentável e ampliando as possibilidades de expansão.

4. IMPACTOS DOS INVESTIMENTOS CHINESES NA CADEIAS PRODUTIVAS LOCAIS, USO DA TERRA E CONCENTRAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

4.1 Investimentos concentrados em infraestrutura e escoamento de *commodities*

O Nordeste brasileiro tem se consolidado como uma das principais regiões alvo dos investimentos chineses no Brasil. A combinação de recursos naturais abundantes, grande capacidade de produção agrícola e estratégica localização geográfica torna a região atrativa para os investimentos em infraestrutura, energia renovável e agronegócio. No entanto, a distribuição desses investimentos ao longo da região não ocorre de maneira uniforme. Existe uma clara tendência de concentração nas áreas litorâneas e em pontos específicos do semiárido, com o objetivo de explorar e maximizar o uso dos recursos naturais da região, além de impulsionar a infraestrutura necessária para a integração ao mercado global.

A zona costeira, especialmente os estados do Ceará, Pernambuco e Bahia, tem sido a área de concentração dos investimentos chineses principalmente devido ao potencial de expansão portuária, à infraestrutura logística e às rotas de exportação para a China e outros mercados internacionais. A construção de terminais portuários de grande escala, como o Terminal de Contêineres de Pecém, no Ceará, e a expansão do Complexo Industrial e Portuário de Suape, em Pernambuco, têm sido um dos principais alvos desses investimentos. A presença de grandes empresas estatais chinesas no Brasil, como a China Communications Construction Company (CCCC) e a China Merchants Port Holdings, reflete o interesse em consolidar a infraestrutura portuária para facilitar o escoamento de *commodities*, especialmente minério de ferro, soja e petróleo, além de explorar oportunidades de transporte intermodal e energia, visto que esses são os principais produtos importados na China provenientes do comércio com o Brasil.

Abaixo estão listados os principais investimentos chineses no ramo portuário.

Figura 12: Investimentos Chineses em infraestrutura Portuária no Nordeste Brasileiro

Nome do Porto	Empresa Chinesa	Ano	Objetivo	Tipo de Contrato
Terminal de Contêineres de Pecém(CE)	China Communications Construction Company (CCCC)	2024	Ampliar capacidade de atracação e terminais para grãos e contêineres	Concessão/EPC
Complexo Portuário de Suape (PE)	China Merchants Port Holdings	2018	Expandir cais de contêineres e logística intermodal	Joint venture (JV)
Terminal Privado de São Luís (MA)	China Merchants Port Holdings	2021	Construir terminal multipropósito para exportação de minérios e grãos	Concessão
Porto Sul (Ilhéus – BA)	China Communications Construction Company (CCCC)	2015	Desenvolver terminal de minério e logística de exportação	EPC/financiamento

Fonte: Furtado (2021), CEBC 2019, CEBC 2025. Elaboração da autora.

A infraestrutura ferroviária também recebeu atenção significativa, embora nenhum investimento prático, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento da Ferrovia Transnordestina, que conecta o litoral ao interior da região. A construção de ferrovias, incluindo a parceria com a Rumo Logística, tem como objetivo a integração do mercado interno e a eficiência logística, facilitando o transporte de grãos e minerais de áreas produtivas para os portos de exportação, conectando a cadeia produtora de commodities do interior à costa brasileira.

Tendo em vista o foco em desenvolver uma malha logística que facilite o transporte de grãos e minérios, o desenvolvimento da malha ferroviária tende a convergir com o comportamento chinês de investimento em infraestrutura e c pode ser explorada durante a execução da Belt and Road Initiative, uma vez que ela busca ampliar conectividade global e contempla estudos sobre corredores logísticos na América do Sul, incluindo integrações ferroviárias que poderiam ligar o Brasil ao Pacífico via Bolívia ou ao Atlântico via Nordeste.

Esse é um movimento central para entender a centralização da infraestrutura na região. Esse processo não só contribui para a criação de infraestrutura voltada à exportação,

mas também reforça a espacialidade do capital, um dos pontos-chave da análise de Harvey. A criação de hubs logísticos e portuários, voltados para a movimentação de commodities, intensifica a desigualdade geográfica do desenvolvimento, em que áreas periféricas são ainda mais marginalizadas. Ou seja, enquanto regiões específicas se desenvolvem rapidamente, as outras áreas ficam à margem, sem acesso direto aos benefícios dessa expansão. Essa lógica territorial de concentração está alinhada com a ideia de que o capital se desloca constantemente em busca de novas fronteiras de acumulação.

A partir da perspectiva de Milton Santos, os investimentos chineses no Nordeste podem ser entendidos como uma nova fase no processo de reorganização do espaço geográfico. Santos introduz o conceito de periodizações históricas, que explicam como sistemas técnicos específicos transformam o território. O investimento chinês, ao focar em infraestrutura para exportação e produção agrícola, reconfigura o espaço da região de forma a concentrar desenvolvimento em áreas específicas, como portos e áreas de produção agrícola, ao mesmo tempo em que marginaliza outras. Essa rugosidade espacial, que Santos define como a persistência de formas históricas, se reflete nas disparidades regionais entre o litoral e o interior do Nordeste, onde o agronegócio tem fortalecido a concentração de riqueza, enquanto as áreas mais isoladas continuam em condição de dependência e subdesenvolvimento. A articulação desses investimentos confirma a persistência de uma lógica de divisão do espaço que favorece a exportação e a integração periférica ao sistema capitalista mundial.

Esses investimentos logísticos revelam a importância de aspectos relacionados à segurança alimentar da China. Destaca-se a região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), também conhecida como Cerrados do Centro-Norte, tornou-se um dos principais fornecedores de commodities agrícolas para a China na América Latina, com a soja sendo o principal produto de exportação. A China é o principal parceiro comercial dos estados do MATOPIBA, como ilustram as imagens abaixo.

Figura 13: Principais destinos das exportações do Brasil em 2024



Fonte: Brasil em Mapas; Ministério da Economia / MDIC.

Figura 14: Principais produtos exportados do Brasil em 2024



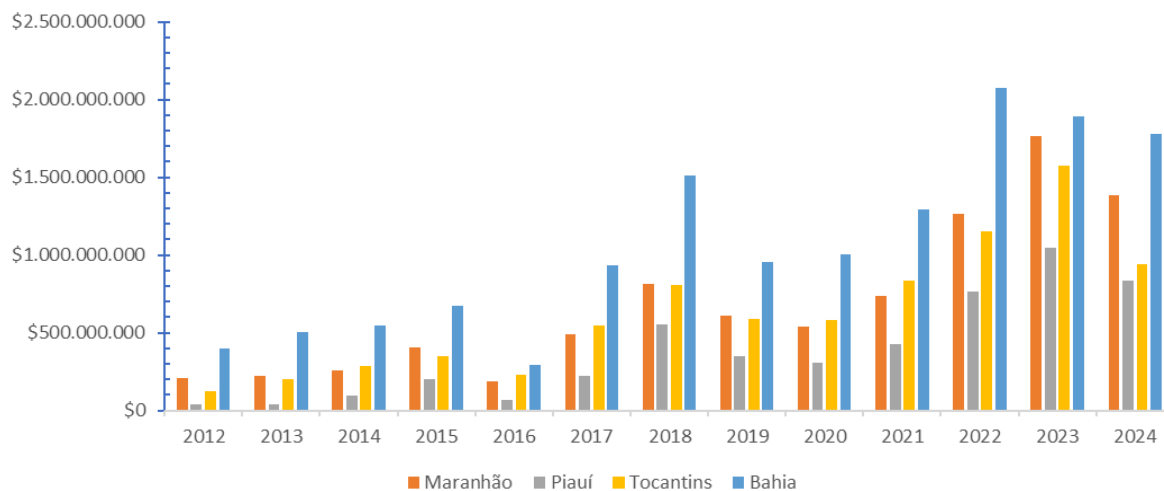
Fonte: Brasil em Mapas; Ministério da Economia / MDIC.

Um ponto relevante ao abordar essa relação é analisar a evolução dos Investimentos Chineses no MATOPIBA. A primeira fase (até aproximadamente 2012): O interesse chinês na produção agrícola brasileira, incluindo o MATOPIBA, começou com a compra direta de commodities e tentativas de aquisição de terras para o cultivo de soja, algodão, cana-de-açúcar e celulose. Exemplos incluem empreendimentos no Tocantins e aquisições da COFCO na Bahia. No entanto, a compra de terras foi dificultada pela legislação brasileira de 2010 que limitou a aquisição por estrangeiros, além de demandas infraestruturais e burocráticas (Oliveira, 2015; Escher, 2018).

Já na segunda fase (a partir de 2012, intensificada após 2014), devido ao esgotamento do modelo de desenvolvimento chinês focado em infraestrutura, a partir dos efeitos da crise econômica de 2008, resultou em uma grande capacidade ociosa na indústria chinesa, forçando o país a reorientar seus investimentos. Para lidar com essa capacidade ociosa e os efeitos da crise, a solução encontrada foi o redirecionamento desse know-how e capacidade para outros territórios. A "Política Going Global 2.0" e a "Iniciativa Belt and Road (BRI)" passaram a direcionar capital para projetos de infraestrutura logística em outros países, incluindo o Brasil (Hiratuka, 2018; Furtado, 2021).

Assim, esse redirecionamento significou um aumento de projetos nos setores de energia elétrica e infraestrutura logística, visando dinamizar o escoamento de commodities do espaço agrário, como o MATOPIBA, para suprir a demanda chinesa, de modo que o volume de exportação para a China aumentou significativamente de 2012 a 2024, como mostra a figura abaixo.

Figura 15: Exportações de Soja do MATOPIBA para a China de 2012-2024 em US\$ FOB



Fonte: Comex Stat; Elaboração da autora.

Dentro desse contexto, o investimento chinês no Nordeste, ao inserir capital estrangeiro em setores produtivos como o agronegócio e a infraestrutura, continua a evidenciar o modelo de subdesenvolvimento descrito por Furtado. O Nordeste brasileiro, ainda profundamente marcado pela lógica da exportação e pela dependência do mercado externo, não experimenta um desenvolvimento autônomo, mas sim uma articulação subordinada às necessidades do capitalismo central.

O capital chinês no Nordeste apenas reproduz, de forma ampliada, o que Furtado caracteriza como um subdesenvolvimento funcional ao sistema capitalista global. O processo de modernização induzido por esses investimentos, embora visível, não resulta em uma verdadeira transformação estrutural, mas na manutenção das condições de dependência, como se vê no setor agropecuário e nas exportações para o mercado chinês. Ou seja, o investimento não rompe com o subdesenvolvimento, mas reforça as dinâmicas que mantêm a periferia brasileira subalterna.

Além dos portos, a construção de parques eólicos e usinas solares ao longo da costa nordestina tem sido outra forma de atração dos investimentos chineses, especialmente em estados como o Ceará e a Bahia. A China investe no setor energético brasileiro com múltiplos objetivos geopolíticos, que refletem sua ambição de se consolidar como uma potência global e de redefinir as dinâmicas de poder no cenário internacional.

O semiárido nordestino coloca-se como foco estratégico para os investimentos chineses, especialmente nos setores de energia solar e eólica. As características únicas do

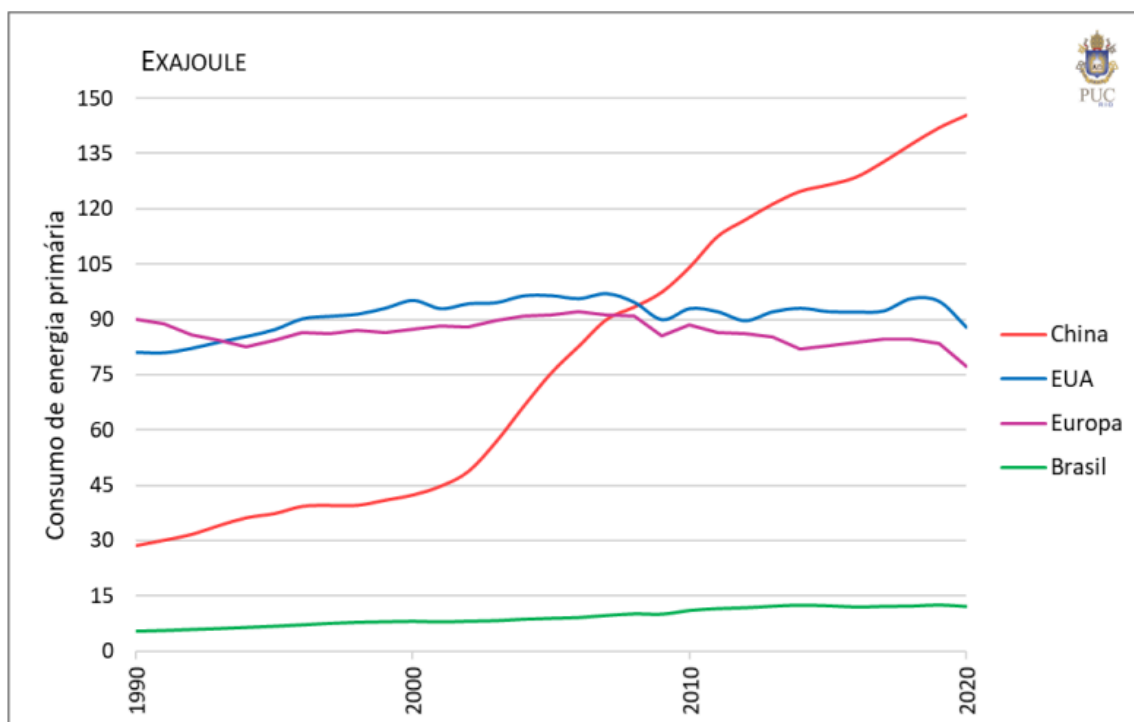
semiárido, como a escassez de água e a necessidade de tecnologias de irrigação eficientes, fizeram com que a China concentrasse esforços no desenvolvimento desses tipos de empreendimentos. Os estados da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, a energia eólica e a energia solar se destacam como os maiores focos de investimento, como mostra a figura abaixo.

Figura 16 - Localização dos empreendimentos eólicos e solares chineses no Nordeste



Fonte: Google Maps. Elaboração da Autora. **Em vermelho: infraestrutura portuária; em amarelo, projetos de energia solar; em azul, projetos de energia eólica.**

A partir de 2009, a China configura-se como o país que mais consome energia primária (Figura 17) proveniente das fontes de energia que encontram-se de forma bruta na natureza como petróleo, gás natural, carvão mineral, luz solar, ventos e água. Até 2024, as fontes mais utilizadas eram carvão mineral, petróleo e gás natural (Figura 18) e estas fontes, inclusive, tiveram aumento de 2023 para 2024 na participação da matriz energética primária chinesa. Ademais, é relevante ressaltar que o consumo total de energia chinês sozinha é quase equivalente ao uso de energia da América do Norte juntamente com o de toda Europa.

Figura 17: Consumo de energia primária – Brasil, EUA, China e Europa: 1990 - 2020

Fonte: IEPUC a partir de dados da BP Statistical Review of World Energy 2021.

Figura 18: Fornecimento Total de Energia (FTE) por composto²

Exajoules	2023							2024						
	Oil	Natural gas	Coal	Nuclear energy	Hydro-electricity	Renewables	Total	Oil	Natural gas	Coal	Nuclear energy	Hydro-electricity	Renewables	Total
Canada	4.30	4.47	0.37	0.96	1.30	0.40	11.81	4.35	4.63	0.29	0.93	1.24	0.43	11.87
Mexico	3.57	3.62	0.28	0.14	0.07	0.35	8.03	3.60	3.61	0.28	0.13	0.08	0.33	8.04
US	35.88	31.98	8.19	8.90	0.87	5.37	91.20	35.82	32.48	7.90	8.98	0.86	5.79	91.83
Total North America	43.75	40.07	8.84	10.00	2.24	6.13	111.03	43.77	40.72	8.48	10.05	2.18	6.55	111.75
Austria	0.48	0.25	0.10	—	0.15	0.12	1.10	0.47	0.25	0.10	—	0.16	0.14	1.12
Belgium	1.15	0.50	0.10	0.36	^	0.16	2.27	1.18	0.48	0.11	0.34	^	0.15	2.25
Czech Republic	0.39	0.24	0.45	0.33	0.01	0.08	1.50	0.41	0.24	0.36	0.32	0.01	0.09	1.43
Finland	0.32	0.04	0.09	0.37	0.05	0.20	1.08	0.31	0.05	0.08	0.36	0.05	0.22	1.06
France	2.80	1.23	0.18	3.69	0.20	0.48	8.57	2.79	1.15	0.18	4.15	0.26	0.48	9.01
Germany	4.20	2.62	1.75	0.08	0.07	1.42	10.14	4.24	2.83	1.58	—	0.08	1.41	10.14
Greece	0.62	0.19	0.05	—	0.01	0.09	0.96	0.62	0.24	0.04	—	0.01	0.10	1.01
Hungary	0.34	0.30	0.04	0.17	^	0.06	0.90	0.34	0.30	0.03	0.17	^	0.07	0.91
Italy	2.57	2.11	0.19	—	0.15	0.63	5.65	2.57	2.12	0.10	—	0.20	0.61	5.60
Netherlands	1.67	0.93	0.16	0.04	^	0.30	3.10	1.56	0.94	0.17	0.04	^	0.31	3.02
Norway	0.39	0.14	0.03	—	0.49	0.07	1.12	0.39	0.12	0.03	—	0.50	0.07	1.12
Poland	1.40	0.70	1.48	—	0.01	0.27	3.86	1.42	0.76	1.33	—	0.01	0.29	3.80
Portugal	0.45	0.16	^	—	0.04	0.13	0.79	0.44	0.13	^	—	0.05	0.14	0.77
Romania	0.47	0.33	0.11	0.12	0.07	0.06	1.15	0.50	0.34	0.09	0.12	0.05	0.06	1.16
Spain	2.51	1.06	0.11	0.62	0.09	0.61	5.00	2.67	1.02	0.10	0.60	0.12	0.62	5.13
Sweden	0.47	0.03	0.07	0.53	0.24	0.32	1.65	0.49	0.03	0.07	0.55	0.23	0.29	1.66
Switzerland	0.39	0.12	^	0.25	0.13	0.05	0.95	0.39	0.12	^	0.25	0.16	0.05	0.97
Türkiye	2.32	1.73	1.68	—	0.23	0.70	6.66	2.37	1.83	1.80	—	0.27	0.75	7.02
Ukraine	0.39	0.67	0.39	0.57	0.05	0.04	2.11	0.40	0.72	0.39	0.58	0.05	0.03	2.16
United Kingdom	2.67	2.29	0.18	0.44	0.02	0.81	6.42	2.68	2.23	0.17	0.44	0.02	0.89	6.43
Other Europe	2.59	0.96	1.02	0.44	0.30	0.64	5.95	2.63	0.98	0.91	0.43	0.27	0.67	5.89
Total Europe	28.59	16.60	8.18	8.03	2.31	7.23	70.93	28.85	16.87	7.62	8.36	2.51	7.44	71.66
Australia	2.17	1.39	1.51	—	0.05	0.32	5.44	2.23	1.33	1.52	—	0.05	0.34	5.47
Bangladesh	0.50	1.01	0.29	—	^	^	1.81	0.58	0.98	0.32	—	^	0.01	1.89
China	32.73	14.57	90.65	4.74	4.41	7.57	154.68	32.27	15.64	92.16	4.92	4.88	9.02	158.88
China Hong Kong SAR	0.57	0.17	0.15	—	—	0.01	0.90	0.65	0.20	0.13	—	—	0.01	0.98
India	10.58	2.23	22.09	0.53	0.54	1.09	37.06	10.90	2.53	22.97	0.60	0.56	1.20	38.76
Indonesia	3.09	1.56	4.32	—	0.09	1.26	10.32	3.16	1.70	4.72	—	0.10	1.39	11.07
Japan	6.78	3.30	4.54	0.85	0.27	0.94	16.67	6.42	3.27	4.53	0.93	0.29	1.00	16.44
Malaysia	1.76	1.58	1.03	—	0.12	0.08	4.56	1.80	1.66	1.08	—	0.12	0.09	4.76
New Zealand	0.32	0.14	0.04	—	0.10	0.32	0.91	0.32	0.11	0.05	—	0.09	0.35	0.92
Pakistan	0.81	1.36	0.47	0.24	0.14	0.03	3.04	0.83	1.33	0.41	0.25	0.14	0.03	2.99
Philippines	0.92	0.12	0.89	—	0.04	0.44	2.40	0.96	0.12	0.98	—	0.04	0.44	2.54
Singapore	3.09	0.44	0.01	—	—	0.01	3.56	3.29	0.47	0.01	—	—	0.01	3.79
South Korea	5.36	2.16	3.04	1.97	0.01	0.37	12.91	5.54	2.29	2.85	2.06	0.02	0.38	13.15
Sri Lanka	0.22	—	0.06	—	0.02	0.01	0.31	0.23	—	0.07	—	0.03	0.01	0.34
Taiwan	1.63	1.01	1.49	0.19	0.01	0.09	4.42	1.61	1.07	1.43	0.13	0.02	0.11	4.37
Thailand	2.30	1.70	0.60	—	0.02	0.27	4.90	2.38	1.74	0.61	—	0.02	0.27	5.02
Vietnam	1.30	0.26	2.28	—	0.29	0.14	4.27	1.40	0.22	2.50	—	0.32	0.15	4.59
Other Asia Pacific	1.21	0.40	1.27	—	0.34	0.02	3.24	1.26	0.35	1.28	—	0.37	0.02	3.29
Total Asia Pacific	75.34	33.41	134.74	8.52	6.46	12.97	271.43	75.85	35.02	137.63	8.88	7.03	14.83	279.24

Fonte: Energy Institute Statistical Review of World Energy 2025.

Esse movimento deve ser analisado em concomitância com o fluxo de investimento chinês em energia renovável, visto que, um maior desenvolvimento interno demanda um maior fluxo de uso energético. Na figura 2, é possível notar que o uso de fontes renováveis na matriz de consumo energético chinês cresceu de 2023 para 2024 e o país sozinho possui valores maiores que toda Europa e América do Norte juntos. Nesse sentido, de acordo com dados da KPMG, somente em 2024, quando consideradas todas as formas de energia renovável, a China adicionou o dobro da soma das adições dos EUA, Europa e Índia.

Ademais, a região da Ásia-Pacífico esteve na linha de frente em concretizar os benefícios da diversificação de sua matriz energética. Ela respondeu por 50% do uso evitado de combustíveis fósseis em 2024, seguida pela Europa com 22%. Excluindo a energia hidrelétrica, a China foi responsável por 57% do total global de adições de oferta de energia renovável em 2024.

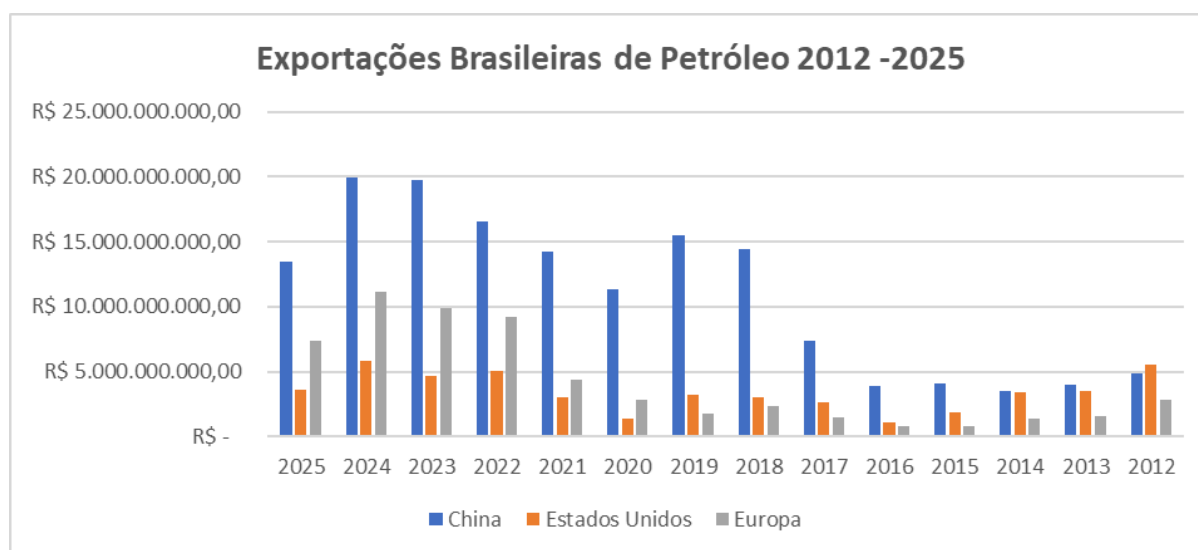
² De acordo com a IEA, FTE corresponde a toda energia produzida ou importada para o país. Representa toda energia necessária para abastecer os consumidores finais do país, o uso de combustíveis fósseis para abastecer indústrias não energéticas (como a indústria química), necessidades energéticas para transformação de energia e operações de suporte para o próprio setor energético.

Esse comportamento reflete uma preocupação em relação à transição energética focada não apenas em combater as mudanças climáticas, mas também à necessidade de garantir segurança energética por meio da independência energética — protegendo os países dos choques e incertezas que tais eventos trazem. Tendo em vista essa perspectiva, a China, como maior consumidor de energia global, busca garantir o acesso seguro e estável aos recursos energéticos necessários para sustentar seu desenvolvimento econômico.

Portanto, a relação com o Brasil no setor energético se dá através do investimento em energia e em petróleo. Primeiramente, o setor de extração de petróleo e gás é o segundo mais relevante em termos de valor dos investimentos chineses no Brasil. Entre 2007 e 2020, representou 28% do estoque de investimentos. No período de 2005 a 2022, petróleo e gás (37%) e eletricidade (33%) foram os setores predominantes, com US\$ 29 bilhões investidos em petróleo e gás. Além do óleo em si, a China demonstra um grande interesse na tecnologia desenvolvida pela Petrobras para a perfuração e extração de petróleo em águas profundas, um conhecimento valioso que não é exclusividade brasileira, mas também encontrado em outras plataformas atlânticas, como Angola.

Ter acesso a essa tecnologia seria essencial para sustentar o ritmo de crescimento da economia chinesa, visto que sua matriz energética é predominantemente dependente de petróleo (Figura 18), além de que os investimentos realizados no setor visam aumentar a eficiência na produção do petróleo brasileiro voltado para exportação. Nesse sentido, desde 2015 a China é o principal destino das exportações de petróleo brasileiras (Figura 19).

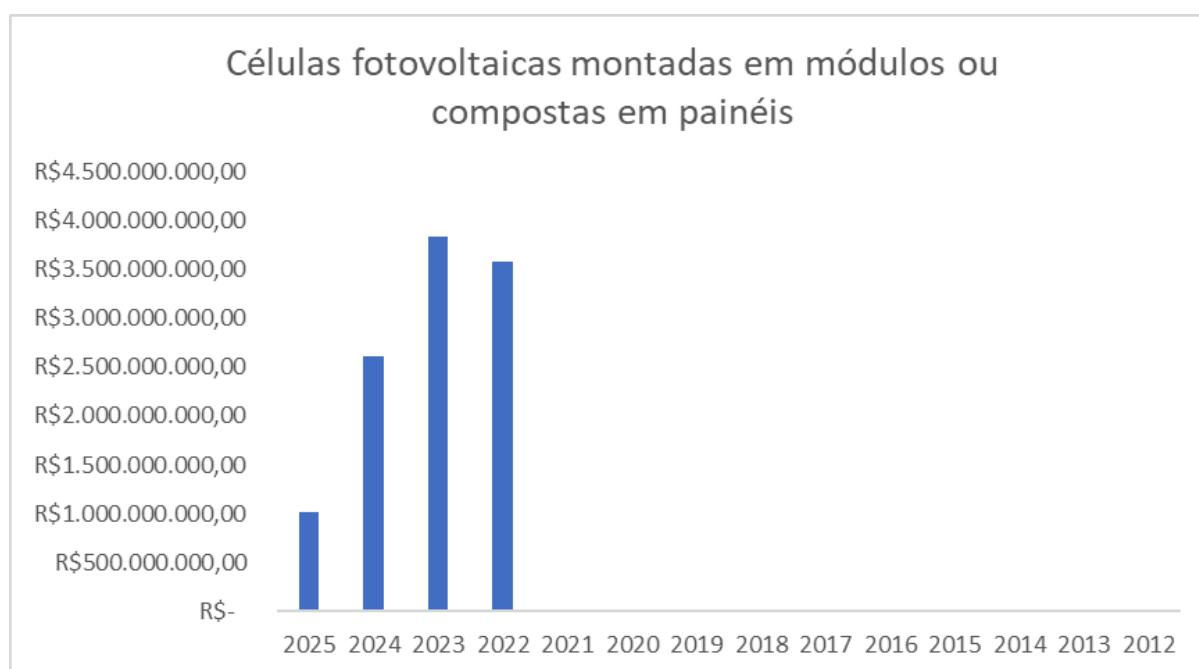
Figura 19: Exportações brasileiras de petróleo 2012-2025



Fonte: Comex Stat. Elaboração da Autora.

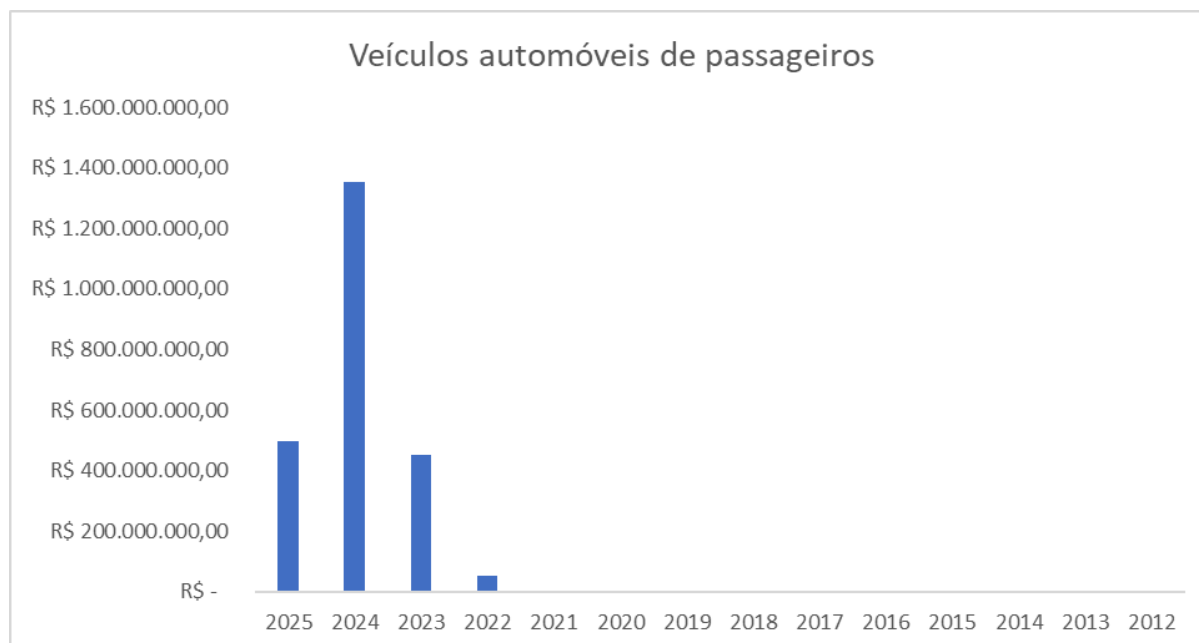
Por outro lado, como também representada na figura 2, a China enquadra-se como líder no uso e desenvolvimento de energias renováveis dentro da sua matriz energética e, nesse sentido, utiliza o *timing* da transição energética para colocar-se como líder do mercado sustentável, sobretudo na relação com países subdesenvolvidos, que são pressionados pelo Norte Global a realizar uma transição energética, mas não possuem os recursos necessários para tal mudança. Essa dinâmica pode ser vista através da matriz de importação dos produtos chineses pelo Brasil e pelos investimentos e aquisições dentro do setor de produção de energia eólica e solar. As figuras 20, 21, 22 e 23 retratam o fluxo de importações chinesas de artigos voltados para energias renováveis do Brasil.

Figura 20: Importação brasileira de células fotovoltaicas montadas em módulos ou compostas em painéis chinesas



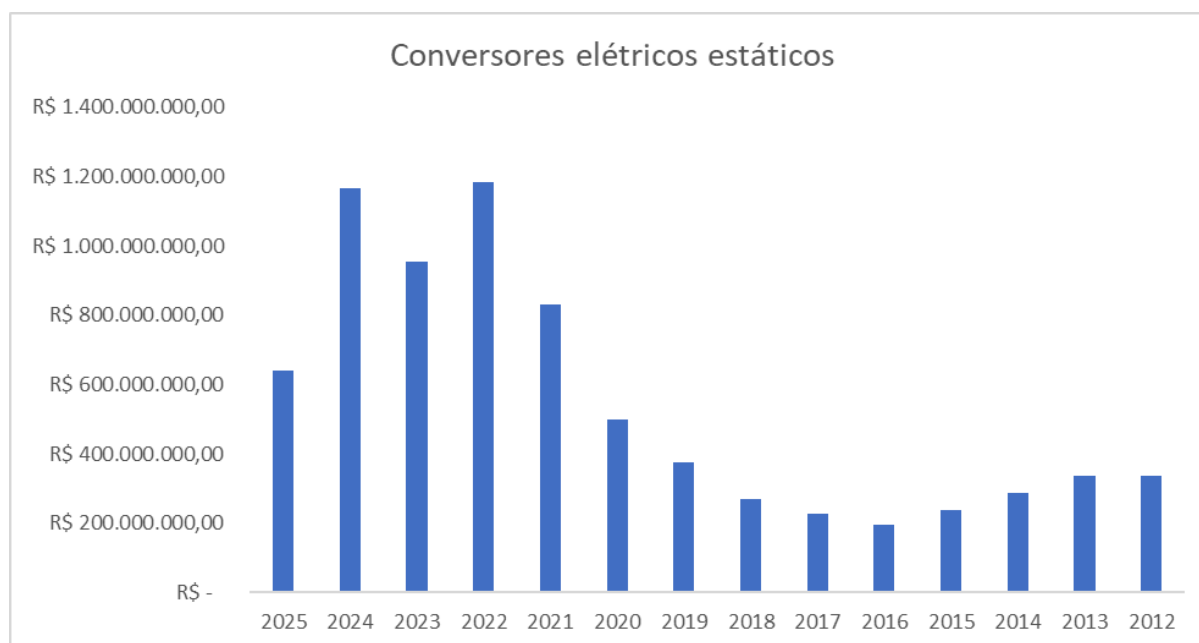
Fonte: Comex Stat. Elaboração da Autora.

Figura 21: Importação brasileira de veículos automóveis de passageiros chineses

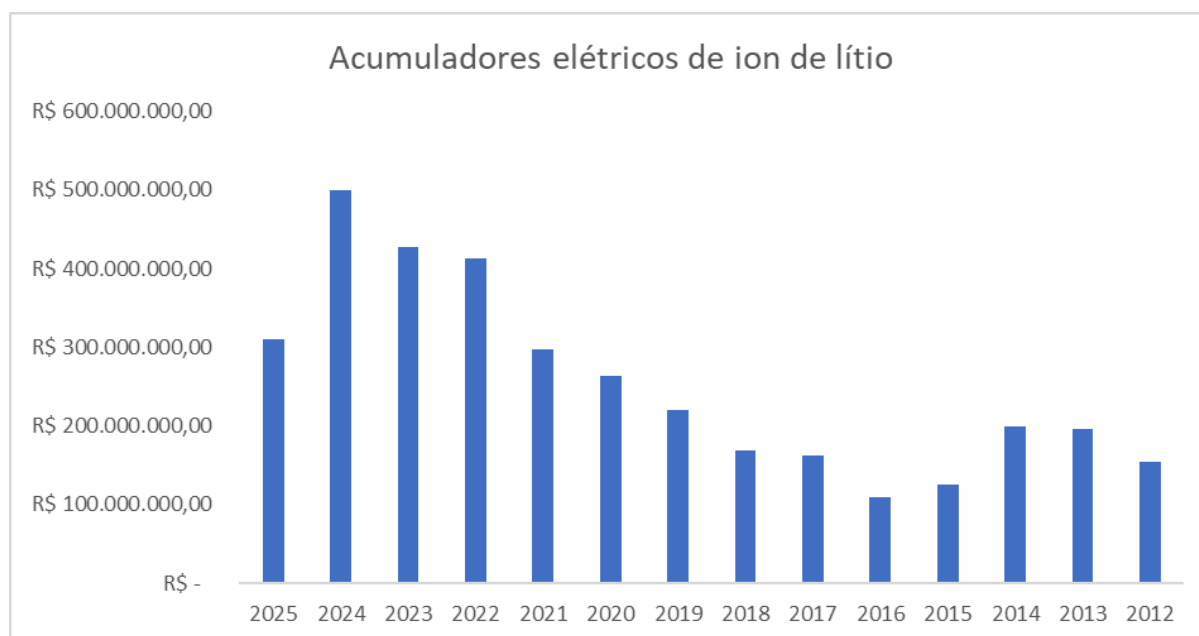


Fonte: Comex Stat. Elaboração da Autora.

Figura 22: Importação brasileira de conversores elétricos estáticos chineses



Fonte: Comex Stat. Elaboração da Autora

Figura 23: Importação brasileira de acumuladores elétricos de íon de lítio chineses

Fonte: Comex Stat. Elaboração da Autora

Nessa perspectiva, a pauta da transição energética fomenta a entrada massiva de produtos industrializados na país, intensificando uma relação assimétrica, onde o Brasil exporta commodities primárias (como petróleo) e a China adquire acesso a um mercado com um grande potencial de produção energético através da exportação de produtos manufaturados e de maior conteúdo tecnológico.

Uma preocupação para o setor energético brasileiro é que os investimentos chineses, principalmente via fusões e aquisições de empresas já estabelecidas, resultam na transferência do controle societário, e não necessariamente na expansão da capacidade produtiva local. A aquisição de empresas já estabelecidas e maduras no mercado doméstico oferece vantagens como a redução de riscos administrativos e de adaptação. As empresas adquiridas já possuem conhecimento sobre o mercado local, leis, regulamentações e cultura organizacional, assim podem gerar retornos financeiros de curto prazo, o que é vantajoso para o investidor.

Nesse sentido, isso pode levar à desnacionalização e à perda da tomada de decisão para o estrangeiro. Essa forma de ingresso facilita o controle majoritário chinês sobre projetos e ativos energéticos, colocando empresas brasileiras em posição de subordinação. Além disso, a dependência tecnológica e o acesso privilegiado ao financiamento chinês contribuem para essa subordinação, onde as políticas e regulamentações brasileiras podem ser

influenciadas pelo poder econômico chinês, afetando a autonomia e soberania do Brasil sobre suas redes de transmissão de energia.

Outrossim, a China busca uma alocação lucrativa para a sobreacumulação de capital resultante de sua capacidade industrial doméstica excedente. O Brasil oferece um ambiente propício para investimentos rentáveis em diversos setores, incluindo energia. A estratégia chinesa envolve diversificar seus ativos internacionais, passando de reservas internacionais de baixa rentabilidade para investimentos externos diretos com maior rentabilidade.

Os investimentos das estatais chinesas no Brasil, especialmente no setor de energia elétrica e extração de petróleo, demandam elevados volumes de capital. O mercado elétrico brasileiro é um setor atrativo com alta demanda doméstica, ambiente regulatório estável e receptivo a capital estrangeiro, além de uma matriz energética rica em renováveis.

Nesse sentido, bancos estatais chineses, como o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) e o Exim Bank, desempenham um papel crucial ao fornecer financiamento de longo prazo e em larga escala, muitas vezes com condições favoráveis, para viabilizar esses projetos. Esses bancos dependem de empréstimos para gerar receita, e a concessão para projetos de energia é baseada em indicadores financeiros e técnicos, como lucratividade e capacidade de reembolso. Além disso, através desses fluxos, há a tentativa de promover o uso internacional do Renminbi (Yuan), sua moeda, visando diversificar as moedas utilizadas pelos países parceiros.

Os investimentos chineses no setor de energia do Brasil são parte de uma "Grande Estratégia" que visa à acumulação de poder e capital, projetando a China no cenário internacional e posicionando-a ativamente na economia-mundo capitalista. Ao investir pesadamente no setor energético brasileiro, a China constrói relações econômicas e políticas mais estreitas, aumentando sua influência na região e desafiando a influência tradicional de potências ocidentais

4.2 Impactos na cadeia produtiva local, no uso da terra e infraestrutura

Furtado (1961) discorre como países periféricos não estruturam cadeias internas completas; são fragmentados, subordinados à demanda externa. O processo de reconfiguração da cadeia produtiva local acontece quando o capital externo ou o Estado reorganiza a produção para exportar, não para o mercado interno. Ele critica a irracionalidade de um movimento de incorporação de progresso técnico que reproduz continuamente a dependência externa e a assimetria social interna.

Nesse sentido, o investimento chinês na criação de uma logística de escoamento de produtos primários produzidos no Semiárido reforça, dentro da Divisão Internacional do Trabalho, a posição que o Brasil tinha no século XVI. A análise da complexidade dos produtos comercializados entre Brasil e China (Figuras 4 e 5) mostra que há uma desigualdade: o Brasil importa produtos complexos e com valor agregado maior, enquanto exporta bens primários, causando a deterioração dos termos de troca. Ademais, essa reorientação da produção para mercados externos, em vez de internos, leva à "desnacionalização da grande indústria", com empresas multinacionais controlando setores estratégicos da economia, com infraestrutura e energia.

Além disso, segundo Milton (2008), o subdesenvolvimento é mantido por um processo de modernização seletiva, onde certas áreas ou setores são modernizados de acordo com os interesses do capital global, enquanto outros permanecem marginalizados e subordinados. O caso do Semiárido é um exemplo claro dessa modernização seletiva. Embora haja investimentos significativos em energia renovável e infraestrutura, a maioria desses projetos está voltada para os interesses globais, como a exportação de energia (petróleo), a melhoria da logística para escoamento de commodities e a criação de complexos de energia renováveis focado na disseminação de tecnologia em um novo mercado consumidor em vez de gerar um desenvolvimento econômico local robusto, autônomo e em prol dos interesses nacionais.

Dentro dessa lógica, o espaço é moldado por um conjunto de técnicas e informações que são mobilizadas para a organização e funcionamento do território. Esse meio técnico não se refere apenas às infraestruturas físicas, como estradas, portos e usinas, mas também às redes de comunicação e ao conhecimento técnico e científico que orientam as decisões sobre o uso do espaço.

Isso leva a uma reconfiguração do espaço periférico, onde a infraestrutura é otimizada para atender às necessidades do capital global, mas sem uma transformação estrutural que beneficie a população local ou promova um desenvolvimento econômico integrado e autossustentável. Esses grandes empreendimentos podem sim gerar empregos no curto e no longo prazo, além de melhorar o IDH da região, mas não corroboram para o rompimento da relação centro-periferia que se formou com a inserção do capital chinês.

Dentro dessa lógica, essa relação Brasil-China reflete uma dinâmica marcada pela apropriação de recursos, territórios e bens que estavam fora do circuito do capital. Esse processo não se refere apenas à expropriação direta de terras, mas envolve a privatização de bens públicos, a financeirização da vida cotidiana e a mercantilização de recursos naturais. A

acumulação por despossessão, para Harvey, é uma forma de resposta à crise de superacumulação de capital, onde o capital excedente, que não pode mais ser absorvido pela produção de mercadorias, é desviado para a apropriação de recursos externos, frequentemente por meio de práticas de espoliação e mercantilização.

No contexto dos investimentos chineses no Semiárido nordestino, o conceito de acumulação por despossessão se aplica diretamente. A China, ao alocar seu capital excedente nas áreas periféricas, foca em áreas que historicamente eram marginalizadas para integrá-las à lógica do capital mundial. Assim, ao investir pesadamente em setores como energia renovável e infraestrutura voltada para escoamento de *commodities*, está utilizando os recursos naturais e as infraestruturas do Semiárido para alimentar os fluxos globais de capital. A construção de parques eólicos, solares e de infraestrutura para o agronegócio ilustra como o capital externo está se apropriando de recursos naturais da região, como o vento e a energia solar, para abastecer mercados globais e gerar lucros, sem que isso beneficie adequadamente as populações locais ou esteja associado, estrategicamente, aos interesses nacionais.

Além disso, os capitais estrangeiros "são investidos nos ramos da indústria mais interessantes para eles", priorizando a amortização rápida e a repatriação de lucros. Isso resulta numa "transferência de capitais para os países ricos", superando as entradas de novos investimentos e criando um déficit para os países subdesenvolvidos. Santos (2008) enfatiza que os países subdesenvolvidos se tornam "multiplicadores de capitais que retornam revalorizados aos países do centro". As fábricas de automóveis elétricos ilustram esse cenário, uma vez que se instalam no Brasil com o objetivo de baratear a produção e expandir mercado, deslocando a acumulação para onde há incentivos e mão de obra barata.

No processo de superexploração dos trabalhadores, dentro da perspectiva de Marini (1973), os investimentos estrangeiros nos países periféricos resultam na transferência de capitais para os países ricos, frequentemente superando o montante dos novos investimentos que chegam. Os lucros reinvestidos por investimentos diretos podem ser significativamente maiores do que o novo capital externo que entra. Os países subdesenvolvidos atuam como "multiplicadores de capitais que retornam revalorizados aos países do centro". Isso é evidenciado pelo "perverse flow of credit" (fluxo perverso de crédito), onde fundos são canalizados dos países pobres para os ricos.

No domínio tecnológico, a "ciência tornou-se uma força produtiva direta", e a pesquisa é monopolizada pelos países desenvolvidos, tornando a tecnologia "a nova base da dominação da metrópole sobre seus satélites". Essa dependência tecnológica é agravada pela falta de integração da indústria local que exige a importação de bens intermediários e

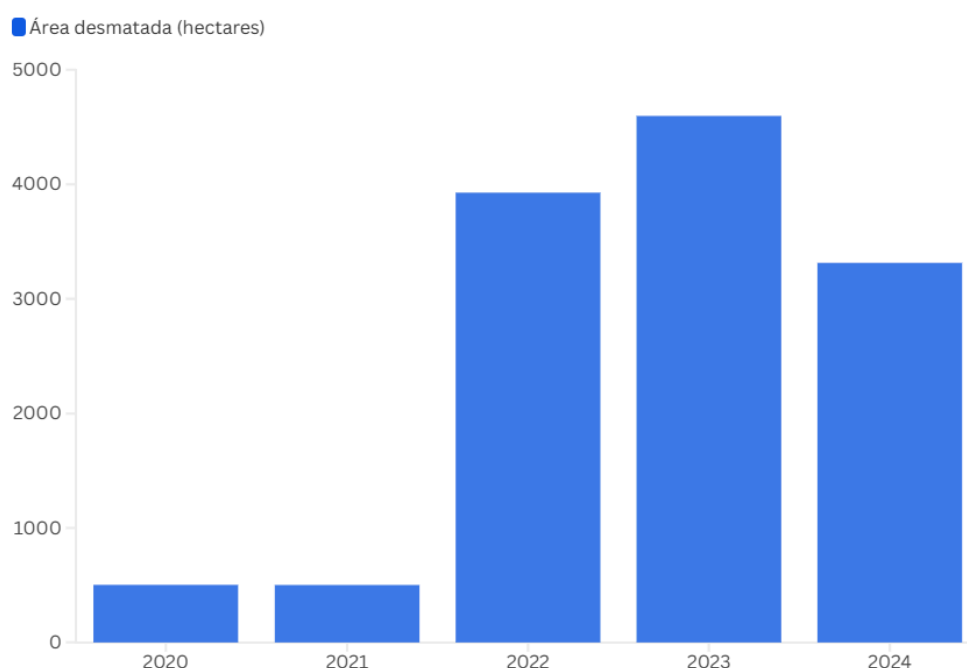
matérias-primas, como ocorre com a implantação de complexos produtores de energias renováveis.

4.3 Impactos no uso da terra

De acordo com o projeto MapBiomass, o desmatamento médio anual ocasionado pela produção de energias renováveis de 2020 a 2024 foi de 2 mil hectares (o que equivale a 2.800 campos de futebol oficiais da FIFA), sendo que 12 mil hectares correspondem aos parques eólicos. De acordo com o estudo, os impactos da perda de vegetação modificam a paisagem e afetam tanto a vida selvagem quanto a das pessoas que moram nas comunidades vizinhas.

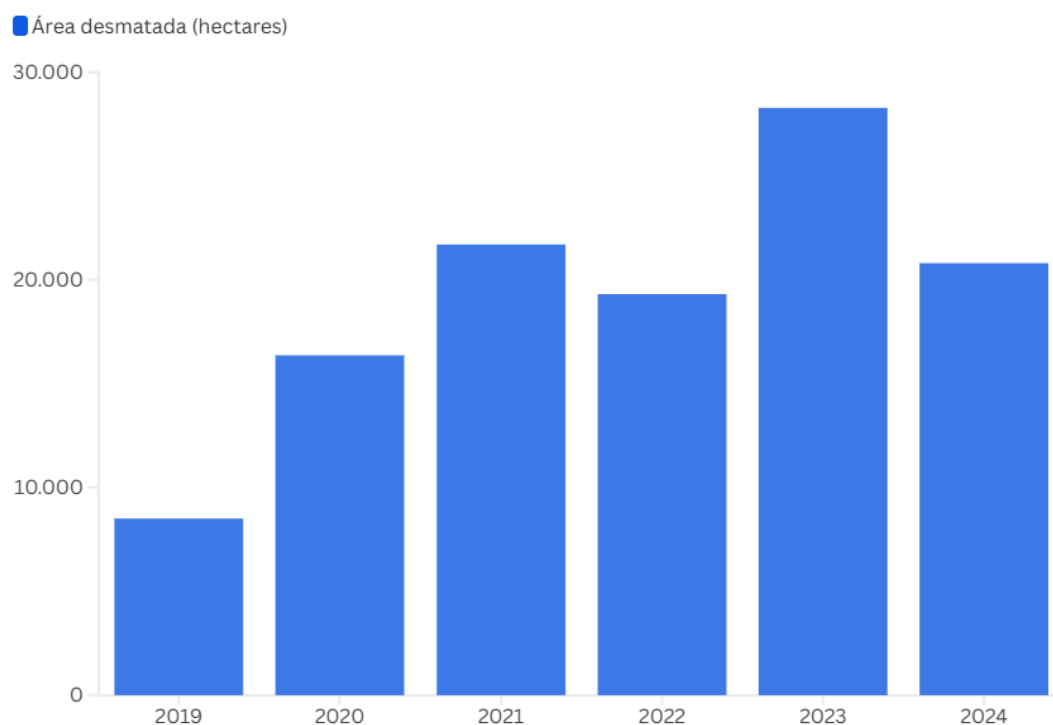
Ao longo dos anos, a produção de energias renováveis tem ampliado sua participação como vetor de pressão sobre a Caatinga, especialmente na área do Matopiba. Segundo o projeto, entre 2020 e 2024, a área desmatada na Caatinga para a instalação de parques eólicos e solares cresceu 558%, como ilustram as figuras abaixo.

Figura 24: desmatamento para produção de energias renováveis na Caatinga



Fonte: Map Biomass.

Figura 25: Desmatamento da Caatinga no Matopiba



Fonte: Map Biomas.

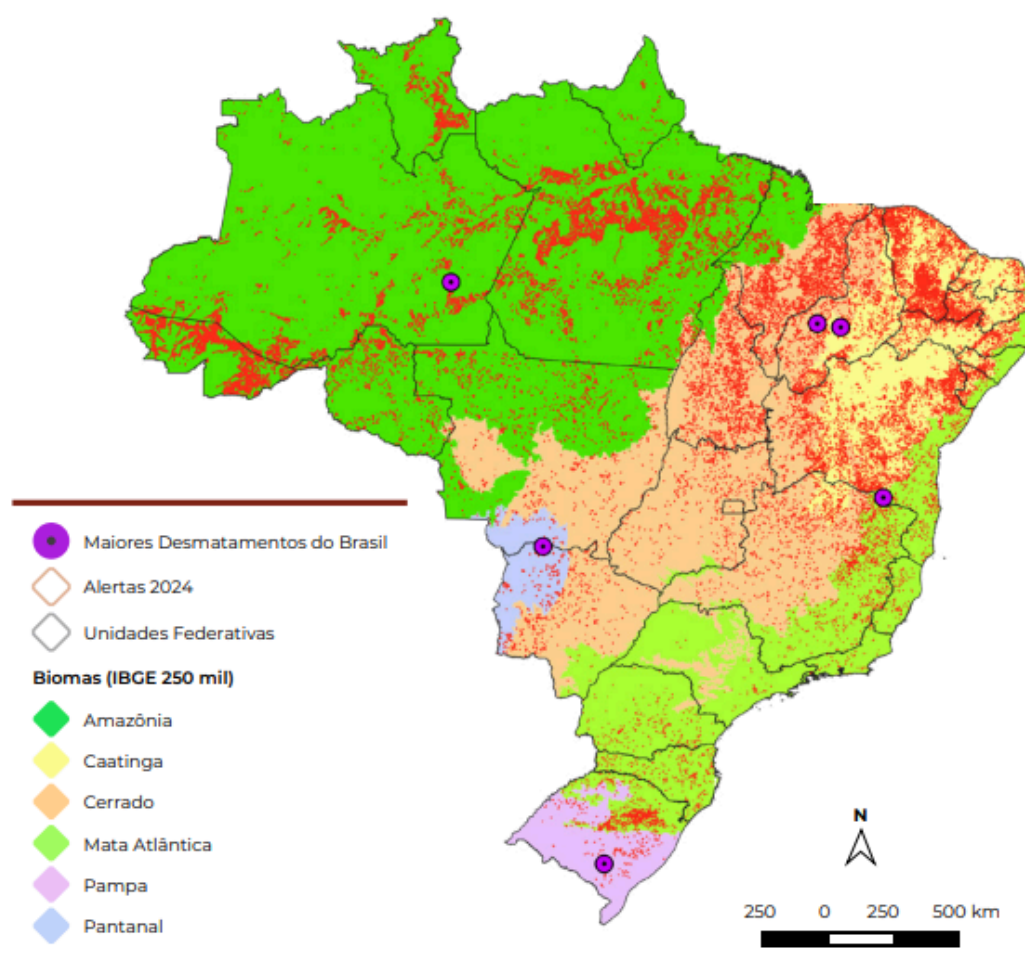
Nesse sentido, a pesquisadora Geovana Rêgo (2024), apesar de apresentar menos impactos ao meio ambiente em relação às demais fontes de energia renováveis, o discurso de descarbonização e salvação ambiental, corrobora para a penetração do capital estrangeiro que se materializa como um instrumento de poder a serviço do capital externo, já que grande parte das empresas envolvidas é de origem estrangeira. Esse avanço, sobretudo na Caatinga, tem sido facilitado pela percepção frequentemente associada à região de um bioma “pobre” e “sem vida”, o que ocasiona em preços bem inferiores para a instalação desses complexos. Enquanto no Rio Grande do Sul pode-se oferecer cerca de R\$ 10 mil para instalar um aerogerador, no Semiárido o valor pago é dez vezes menor, em torno de R\$ 1 mil, e muitas famílias acabam aceitando pela ausência de alternativas, segundo a pesquisadora.

Além disso, os processos de licenciamento ambiental para implantação dos parques eólicos seguem a resolução nº 279, publicada em 2001 pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), que enquadra esses empreendimentos como de “baixo impacto”. Essa definição transfere às prefeituras a responsabilidade por boa parte da tramitação burocrática,

diminuindo a atuação direta de instâncias estaduais e federais. Na prática, o resultado é um monitoramento ambiental mais limitado e a restrição da participação das comunidades afetadas.

Outra região que também sofre com o desmatamento é o Cerrado, em especial a região do Matopiba. Em 2024, pelo segundo ano consecutivo mais da metade de toda área desmatada no Brasil ocorreu nesta região, superando até o desmatamento na Amazônia. Na figura 26, pode-se notar que os maiores focos de desmatamentos ficam no Semiárido Nordeste, sendo os estados pertencentes ao Matopiba com os maiores índices de desmatamento por hora (figura 27). As causas para esse fenômeno são a agricultura e o uso do solo para instalação de complexos renováveis (figura 28 e 29).

Figura 26: Maiores desmatamentos por Bioma em 2024



Fonte: Relatório Anual de Desmatamento do Brasil - RAD 2024

Figura 27: Indicadores de velocidade de desmatamento por Estado em 2024

ESTADO	Velocidade Média por Alerta (ha/alerta/dia)	Velocidade Máxima (ha/alerta/dia)	Média de eventos por dia	Área desmatada por dia (ha)	Área desmatada por hora (ha)
Maranhão	0,66	25,69	10,80	598,08	24,92
Pará	0,14	44,26	33,72	430,11	17,92
Tocantins	1,03	53,94	6,07	420,03	17,50
Piauí	0,62	149,76	8,32	391,43	16,31
Bahia	0,21	46,17	17,98	365,30	15,22
Mato Grosso	0,64	24,76	4,89	253,57	10,57
Amazonas	0,19	19,57	14,35	218,03	9,08
Mato Grosso Do Sul	1,00	21,79	1,73	124,45	5,19
Ceará	0,04	5,40	16,39	109,89	4,58
Minas Gerais	0,19	12,45	6,35	104,56	4,36
Acre	0,07	4,06	20,76	103,27	4,30
Roraima	0,17	9,04	3,73	64,54	2,69
Rondônia	0,24	7,33	3,22	56,60	2,36
Goiás	0,35	8,23	1,81	53,33	2,22
Pernambuco	0,05	1,55	5,15	40,28	1,68
Paraíba	0,04	1,21	3,37	21,19	0,88

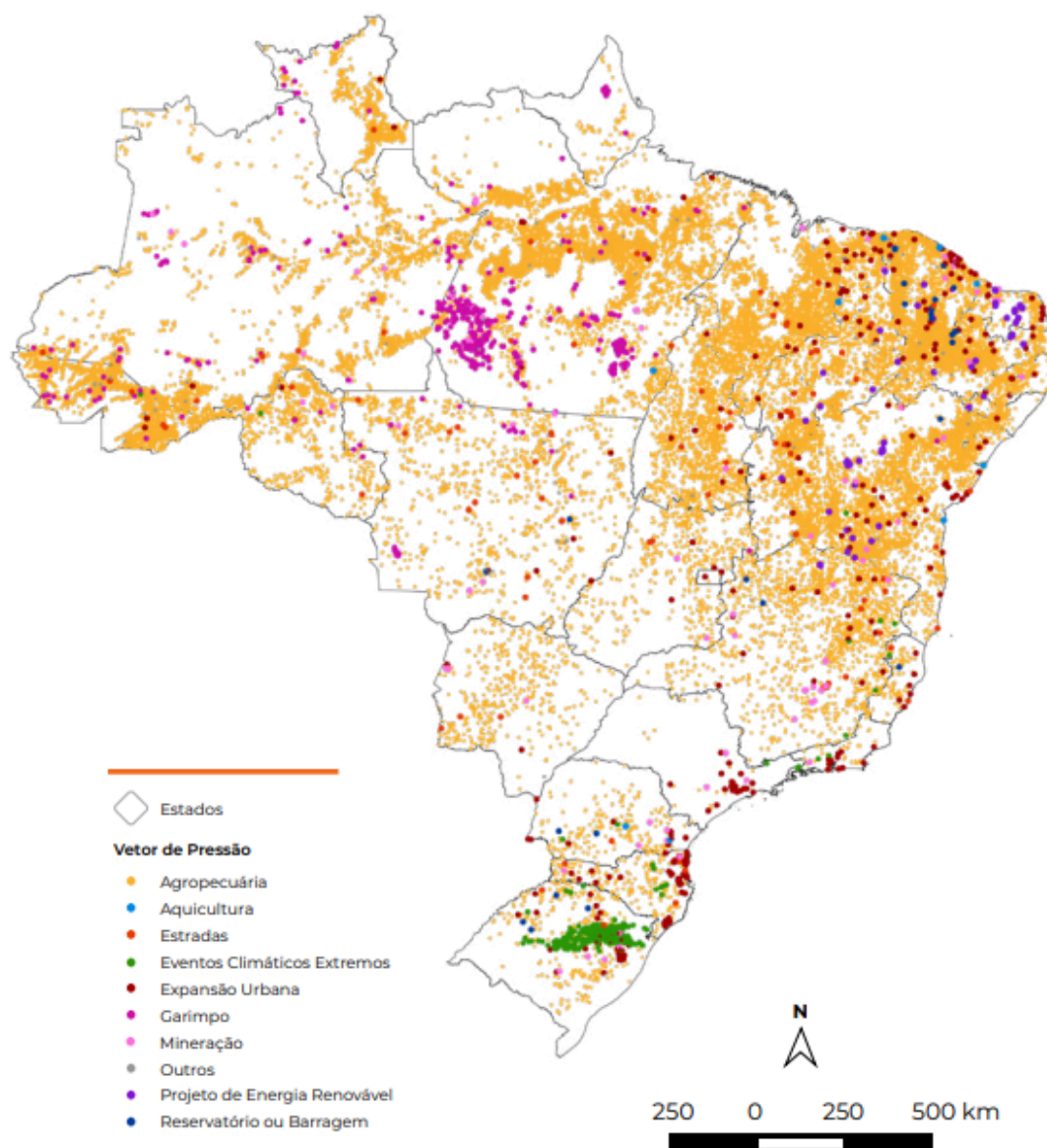
Fonte: Relatório Anual de Desmatamento do Brasil - RAD 2024

Figura 28: Área desmatada (Hectares) por vetor de pressão causadores de desmatamento por Bioma em 2024

Vetores de Pressão	Amazônia	Caatinga	Cerrado	Mata Atlântica	Pampa	Pantanal	Total
Agropecuária	372.635	169.468	649.714	9.564	830	23.189	1.225.400
Aquicultura		137	73	6			216
Garimpo	3.279	16	18				3.314
Mineração	944	114	214	286	4	89	1.652
Eventos climáticos extremos	13	3		3.022	6		3.043
Outros	385	349	164	6	21		924
Energias Renováveis		3.204	111				3.315
Reservatórios ou Represas		425	84	32	5		546
Estradas	234	40	583	66		14	937
Expansão Urbana	219	754	1.236	490	32	2	2.733
Total	377.708	174.511	652.197	13.472	896	23.295	1.242.079

Fonte: Relatório Anual de Desmatamento do Brasil - RAD 2024

Figura 29: Distribuição dos vetores de pressão causadores de desmatamento no Brasil em 2024 e características dos alertas de desmatamento de acordo com cada tipo de vetor de pressão



Fonte: Relatório Anual de Desmatamento do Brasil - RAD 2024

Nessa ótica, Santos (2008) afirma que os investimentos estrangeiros são "extremamente seletivos" e se direcionam para a instalação de "indústrias coloniais de um novo tipo". A produção dessas indústrias é "de longe, superior à capacidade de absorção do mercado" local e é, portanto, "destinada à exportação". Isso implica que vastas extensões de terra são dedicadas a monoculturas ou à extração de recursos naturais. Essa produção serve às

necessidades de consumo e de constituição de estoques dos países desenvolvidos, permitindo-lhes controlar os preços. Essas indústrias funcionam como "enclaves" econômicos, buscando insumos e escoando a produção para fora do país, com poucas conexões ou efeitos multiplicadores na economia local.

Assim, para Harvey (2011), o capital, incluindo o estrangeiro, busca constantemente novos espaços para absorver excedentes. Isso se manifesta na mercantilização e privatização da terra, que antes poderia ser de uso comum. Essa conversão de direitos de propriedade comum em privada transforma a terra em mercadoria. A incessante busca por acumulação impõe enormes pressões sobre os recursos naturais, levando ao esgotamento e degradação da terra e do meio ambiente.

4.4 Impactos na infraestrutura

Furtado (1961), ao analisar a formação econômica do Brasil, mostra como as atividades foram historicamente moldadas por interesses externos. Por exemplo, no início da colonização, capitais flamengos participaram do financiamento de "instalações produtivas", como os engenhos de açúcar e a importação de mão de obra escrava. Embora não seja "infraestrutura" no sentido moderno de obras públicas, essas "instalações" eram a base material da produção e já indicavam uma dependência externa no financiamento das estruturas essenciais.

Nesse contexto, Milton Santos (2008), complementa essa visão ao afirmar explicitamente que, no final do século XIX e início do século XX, portos e vias férreas eram os investimentos preferenciais dos capitais estrangeiros nos países periféricos. Essa escolha era guiada pela "lógica do lucro" e pela necessidade de escoar a produção para exportação, o que reorientava a infraestrutura para o atendimento de interesses externos.

Furtado destaca o caso dos Estados Unidos no século XIX como um exemplo de desenvolvimento impulsionado pela "ação pioneira do governo central primeiro e estaduais depois na construção de uma infra-estrutura econômica e no fomento direto de atividades básicas". Essa infraestrutura, financiada por uma política estatal de geração de capitais internos, foi fundamental para o desenvolvimento autônomo do país. Ao contrastar isso com o Brasil, Furtado subentende que a ausência de um investimento estatal e doméstico robusto em infraestrutura, e a dependência de fontes externas (muitas vezes para fins improdutivos), eram entraves ao desenvolvimento nacional.

Dentro dessa lógica, Milton Santos detalha como o Estado em países subdesenvolvidos frequentemente "se encarrega do financiamento das infra-estruturas

necessárias", e que essas infraestruturas são "ainda mais para o dos países estrangeiros beneficiários". Isso implica que o Estado assume a carga financeira de construir a infraestrutura que, na prática, beneficia primariamente o capital estrangeiro, seja facilitando a exportação ou garantindo insumos baratos, como energia elétrica, para multinacionais.

Isso se reflete na análise dos fluxos de investimentos chineses no Brasil, focado em criar uma infraestrutura de escoamento de *commodities* e em investimentos energético em petróleo – visto que para sustentar seu crescimento acelerado com uma matriz energética altamente dependente de combustíveis fósseis não renováveis, é necessário a diversificação das fontes de acesso a esse recurso – e em fontes de energia renováveis, onde se utiliza a tendência global de fomento à transição energética para inundar o mercado brasileiro com produtos de complexidade tecnológica superiores aos que importa do Brasil, corroborando para a manutenção da relação de dependência externa brasileira.

Assim, dentro desse contexto, Furtado (1961) afirma que embora pudesse trazer recursos e tecnologias, esses investimentos tinham o grande risco de reforçar a dependência externa, desarticular a economia nacional e desviar recursos e esforços do Estado para atender a interesses de potências externas, em vez de promover um desenvolvimento equitativo e autônomo para o Brasil. Sua preocupação central era a capacidade do Estado nacional de ser um centro de decisão autônomo e de direcionar o progresso técnico para as necessidades de sua própria população, e não para a mera reprodução de estilos de vida ou de modelos de acumulação dos países centrais.

Além disso, para Harvey (2010), a absorção de Capital Excedente é um problema central e persistente do capitalismo. Os capitalistas estão constantemente produzindo excedentes na forma de lucro e são forçados pela concorrência a reinvestir uma parte desse excedente para expandir, o que exige encontrar "novas saídas lucrativas". Quando essas oportunidades escasseiam, surge o problema da absorção do excedente de capital, podendo levar a crises de sobreacumulação.

Para resolver esse problema, o capital busca diversas "ordenações espaço-temporais", que são formas de deslocar o capital excedente:

- Deslocamento Temporal: Investimento em projetos de capital de longo prazo ou gastos sociais (educação, pesquisa) que adiam a reentrada de valores de capital na circulação.
- Deslocamento Espacial: Abertura de novos mercados, capacidades produtivas e possibilidades de recursos em outros lugares, como é o caso do Brasil em relação ao investimento em infraestrutura portuária, estradas e energia.

A desnacionalização da grande indústria e o controle de setores estratégicos da economia por capitais estrangeiros significam que o valor agregado por essas atividades é apropriado por empresas transnacionais. O Estado, ao oferecer uma série de incentivos fiscais e financeiros, como isenções, empréstimos subsidiados e garantias, facilita essa apropriação de valor, financiando o crescimento das firmas internacionais com fundos públicos. Assim, o valor gerado a partir da terra e do trabalho é canalizado para fora do país, enriquecendo as economias centrais.

Harvey enfatiza que o capitalismo não apenas existe na geografia, mas a produz ativamente. Isso significa que novas paisagens e geografias são continuamente criadas e remodeladas para atender às necessidades da acumulação de capital. Um conceito crucial é o capital fixo incorporado à terra, ou seja, estruturas fixas e investimentos que não podem ser movidos sem serem destruídos ou perderem significativamente seu valor. Isso inclui:

- Meios de produção: Edifícios de fábrica, máquinas e equipamentos.
- Infraestruturas físicas: Ferrovias, rodovias, aeroportos, portos, redes de cabos e fibra ótica, sistemas de água e esgoto, redes elétricas e oleodutos

Ele facilita a mobilidade de outras formas de capital (móvel) e de trabalho. No entanto, seu valor é realizado e mantido apenas se as interações espaciais seguirem o padrão geográfico traçado por esses investimentos fixos. Nesse sentido, uma fábrica produz um produto que está em decadência no mercado, tende a impactar toda a cadeia que dela depende.

Nessa perspectiva, a orientação para a exportação, impulsionada pelo capital estrangeiro, resulta em uma "falsa industrialização", pois não se pode falar de uma industrialização nacional autônoma. As grandes indústrias são desnacionalizadas, e estruturas monopolísticas se afirmam, resultando no controle de setores estratégicos da economia por capitais externos. A criação de infraestruturas modernas e a concentração de investimentos em "pontos privilegiados do espaço" (grandes cidades, zonas industriais próximas a portos) contribuem para a macrocefalia urbana e aprofundam as desigualdades regionais. Mesmo em "pontos de crescimento", a modernização imposta pelo capital estrangeiro é "totalmente incapaz de eliminar a pobreza", pois a disparidade de situações se mantém. A organização do espaço nacional é, em muitos casos, "elaborada em função de interesses estrangeiros e às custas, direta ou indiretamente, da coletividade nacional".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos investimentos chineses no Semiárido nordestino, à luz das ideias de Celso Furtado, nos permite compreender a perpetuação das desigualdades estruturais que caracterizam a região, e como a inserção da China nas dinâmicas econômicas locais, longe de romper com as condições de subdesenvolvimento, pode reforçar e atualizar essas dinâmicas no contexto do capitalismo global. Para Furtado, o subdesenvolvimento não é uma característica natural da região, mas sim uma construção histórica, profundamente enraizada nas relações coloniais e nas formas subsequentes de inserção subordinada do Nordeste na economia nacional e internacional.

Celso Furtado (1961), em sua obra seminal *Formação Econômica do Brasil*, argumenta que o subdesenvolvimento é um processo histórico e não um estado natural das regiões periféricas. Para Furtado, o subdesenvolvimento do Nordeste brasileiro, especialmente do Semiárido, não se deve a características geográficas ou climáticas, como muitas vezes é afirmado, mas ao processo histórico de inserção da região em uma estrutura econômica global de exploração e dependência.

Esse conceito de subdesenvolvimento, como produto de uma história de exploração e dependência, se reflete na atual inserção do Semiárido nas dinâmicas globais de investimento. O influxo de capital chinês, especialmente em setores estratégicos como energia renovável, infraestrutura e escoamento de *commodities*, se insere em um contexto histórico de subordinação econômica, onde a modernização de certos setores não altera as relações de poder nem promove a criação de uma economia autossustentável.

Os investimentos realizados pela China no Semiárido podem ser vistos como uma continuidade dessa lógica de subdesenvolvimento funcional ao capitalismo global, onde a região continua a ser explorada para atender às necessidades do centro capitalista, sem que isso gere uma verdadeira transformação estrutural que beneficie as populações locais.

Furtado argumenta que o Brasil, e particularmente o Nordeste, teve sua estrutura produtiva definida pela função de exportar matérias-primas para os mercados internacionais, característica que é mantida na relação China-Nordeste. O autor destaca que a falta de um dinamismo econômico endógeno, ou seja, a incapacidade de gerar um mercado interno robusto e autônomo, é uma característica estrutural do subdesenvolvimento. O foco nas exportações e a estrutura social herdada, que marginalizou grandes parcelas da população, dificultaram a formação de um mercado interno integrado e dinâmico.

Os investimentos em energia solar e eólica, por exemplo, são áreas estratégicas onde os investimentos visam, em grande parte, gerar energia para exportação (petróleo) e

intensificar um cenário de assimetria ao inundar o mercado nordestino com produtos de alta complexidade tecnológica. A modernização da infraestrutura energética, embora traga benefícios no que diz respeito à segurança energética e ao crescimento econômico da região, não altera as dinâmicas de dependência, pois os recursos gerados são direcionados para atender às necessidades do capitalismo global, em vez de promover uma transformação estrutural que favoreça o desenvolvimento auto sustentável do Semiárido.

Além disso, o subdesenvolvimento é mantido por um processo de modernização seletiva, onde certas áreas ou setores são modernizados de acordo com os interesses do capital global, enquanto outros permanecem marginalizados e subordinados. O caso do Semiárido é um exemplo claro dessa modernização seletiva. Embora haja investimentos significativos em energia renovável e infraestrutura, a maioria desses projetos está voltada para os interesses globais, como a exportação de energia ou a melhoria da logística para escoamento de commodities, em vez de gerar um desenvolvimento econômico local robusto e autônomo.

Os investimentos chineses, ao se concentrarem em áreas de grande potencial para a inserção da região nas cadeias globais de produção, refletem essa modernização seletiva, onde apenas certos setores da economia regional são modernizados. Isso leva a uma reconfiguração do espaço periférico, onde a infraestrutura é otimizada para atender às necessidades do capital global, mas sem uma transformação estrutural que beneficie a população local ou promova um desenvolvimento econômico integrado e autossustentável.

Dentro dessa lógica, para Milton Santos (2008), o espaço é moldado por um conjunto de técnicas e informações que são mobilizadas para a organização e funcionamento do território. Esse meio técnico não se refere apenas às infraestruturas físicas, como estradas, portos e usinas, mas também às redes de comunicação e ao conhecimento técnico e científico que orientam as decisões sobre o uso do espaço.

No contexto dos investimentos chineses no Semiárido, essa concepção se revela crucial para entender como os fluxos de capital externo moldam a região. O capital chinês, ao direcionar investimentos para áreas como energia renovável, agronegócio e infraestrutura, não está apenas introduzindo tecnologias e recursos financeiros, mas também reconfigurando o espaço local por meio de um "meio técnico" que visa, em última instância, integrar a região a redes globais de produção e consumo. A construção de grandes parques eólicos e solares, por exemplo, não é apenas uma modernização da infraestrutura energética, mas uma reconfiguração do território local para atender às exigências do capital transnacional, com foco em maximizar a exportação de energia e comercializar produtos chineses no Brasil.

Assim, ao se integrar a essas redes globais, o Semiárido deixa de ser apenas um espaço isolado, caracterizado por suas dificuldades climáticas e socioeconômicas, para se tornar uma peça funcional no jogo da economia global. No entanto, essa integração não acontece de forma equitativa; as populações locais frequentemente não têm acesso direto aos benefícios dessas transformações, enquanto o território é apropriado de acordo com as necessidades do capital global. Assim, o “meio técnico” se torna um mecanismo através do qual o capital estrangeiro define as prioridades no uso do espaço, criando uma dinâmica que serve aos interesses globais, e não às necessidades da população local.

A infraestrutura desempenha um papel fundamental na reorganização do espaço geográfico, como afirma Milton Santos. A construção de estradas, portos e redes de comunicação é um dos principais meios pelos quais o capital global se apropria do território, moldando-o de acordo com as necessidades do mercado. No Semiárido, os investimentos chineses em infraestrutura, como os portos de Pecém e Suape e os parques eólicos e solares, são exemplos de como a infraestrutura está sendo moldada para facilitar a integração da região aos fluxos globais de produção e consumo.

Esses projetos de infraestrutura, embora tragam benefícios em termos de modernização e crescimento econômico, não alteram substancialmente as relações de poder ou a estrutura social da região. A infraestrutura é projetada para atender às necessidades do capital global, otimizando o transporte de commodities e a produção de energia para o mercado externo, mas sem garantir que esses benefícios sejam traduzidos em desenvolvimento para as comunidades locais. O papel da infraestrutura, portanto, é duplo: ao mesmo tempo em que moderniza a região, ela também reforça a dependência e a marginalização de grande parte da população.

O conceito de "acumulação por despossessão", central na obra de Harvey (2004), reflete a dinâmica de apropriação de recursos, territórios e bens que estavam fora do circuito do capital. Esse processo não se refere apenas à expropriação direta de terras, mas envolve a privatização de bens públicos, a financeirização da vida cotidiana e a mercantilização de recursos naturais. A acumulação por despossessão, para Harvey, é uma forma de resposta à crise de superacumulação de capital, onde o capital excedente, que não pode mais ser absorvido pela produção de mercadorias, é desviado para a apropriação de recursos externos, frequentemente por meio de práticas de espoliação e mercantilização.

No contexto dos investimentos chineses no Semiárido nordestino, o conceito de acumulação por despossessão se aplica diretamente. A China, ao investir pesadamente em setores como energia renovável e exportação de *commodities*, está utilizando os recursos

naturais e as infraestruturas do Semiárido para alimentar os fluxos globais de capital. A construção de parques eólicos, solares e de infraestrutura para o agronegócio ilustra como o capital externo está se apropriando de recursos naturais da região, como o vento e a energia solar, para abastecer mercados globais e gerar lucros, sem que isso beneficie adequadamente as populações locais.

O "capitalismo de espoliação", uma expressão que Harvey utiliza para descrever a intensificação do processo de acumulação por despossessão, envolve um processo contínuo de transferência forçada de riqueza, mediado por mecanismos econômicos, jurídicos e políticos. No Semiárido, isso é visível na forma como os investimentos chineses, em grande parte, envolvem não apenas a apropriação de recursos naturais, mas também a privatização de ativos públicos e a integração da região em cadeias globais de produção, sem que haja uma transformação substancial na estrutura econômica local.

A financeirização também é um componente importante do capitalismo de espoliação, e Harvey argumenta que a crescente financeirização da economia global tem exacerbado as desigualdades sociais e regionais. No contexto do Semiárido, a financeirização se reflete na forma como os grandes projetos de infraestrutura, como os voltados para a energia renovável e o agronegócio, são financiados por meio de investimentos estrangeiros, sem que haja uma verdadeira integração dos recursos financeiros ao mercado local. Os empréstimos e as dívidas contraídas para financiar esses projetos acabam gerando mais riqueza para os investidores internacionais, enquanto a população local se vê cada vez mais dependente de um sistema financeiro global que não beneficia suas necessidades diretas.

Harvey (2004) argumenta que o Estado desempenha um papel fundamental na manutenção da lógica do capitalismo de espoliação. Embora o neoliberalismo defenda um "Estado mínimo", Harvey observa que, na prática, o Estado se torna um facilitador da lógica de mercado, ajudando a criar um ambiente favorável para o capital, enquanto suprime os direitos sociais e enfraquece as proteções para as populações locais. No caso do Semiárido, o papel do Estado é evidente na forma como os projetos de investimentos chineses são apoiados por políticas públicas que favorecem a privatização e a mercantilização de recursos naturais.

O governo brasileiro tem sido um facilitador do processo de inserção dos investimentos chineses, com políticas públicas voltadas para atrair capital estrangeiro e modernizar a infraestrutura da região. No entanto, essas políticas não têm se traduzido em um desenvolvimento que beneficie as populações locais. Pelo contrário, os projetos, muitas vezes, envolvem a expropriação de terras e recursos, com pouca ou nenhuma consideração

pelas necessidades das comunidades afetadas, além de gerar impactos ambientais nos biomas nacionais. O Estado, ao invés de proteger os direitos sociais e ambientais das populações locais, têm atuado de forma a garantir que os interesses do capital global sejam atendidos.

REFERÊNCIAS

- AEI. **China Global Investment Tracker**. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>. Acesso em: 31 ago. 2025.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Política Monetária – junho de 2025**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202506/rpm202506b4p.pdf>. Acesso em: 13 maio 2025.
- BIATO, M. F. **La política exterior de Brasil: integrar o despegar?** Revista Política Exterior, Madrid, número especial, maio 2010.
- BLACKWILL, Robert D.; HARRIS, Jennifer M. **War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft**. London: Belknap Press of Harvard University Press, 2016.
- BÜNECKER, Maria Eduarda. **A internacionalização da China na era Xi Jinping. 2018**. Trabalho de conclusão de curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- CAI, P. **Understanding China's Belt and Road Initiative**. Lowy Institute for International Policy, Mar. 2017.
- CALLICK, Rowan. **The Party Forever: Inside China's Modern Communist Elite**. First Palgrave Macmillan edition., Palgrave Macmillan, 2013.
- CEBC. **Brasil foi a economia emergente que mais recebeu investimentos chineses em 2024**. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2025/09/04/brasil-foi-a-economia-emergente-que-mais-recebeu-investimentos-chineses-em-2024/>. Acesso em: 31 jun. 2025.
- CEBC. **Brasil foi o país que mais recebeu investimentos chineses no mundo em 2021**. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2022/08/31/estudo-inedito-investimentos-chineses-no-brasil-2021/>. Acesso em: 31 jun. 2025.
- CEBC. **Investimento Chineses no Brasil: uma nova fase da relação Brasil-China**. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2011/05/01/investimento-chineses-no-brasil-2011/>. Acesso em: 31 jun. 2025.
- CEBC. **Investimento Chineses no Brasil 2012-2013**. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2014/07/12/investimento-chineses-no-brasil-2012-2013/>. Acesso em: 31 jun. 2025.
- CEBC. **Investimentos Chineses no Brasil 2007-2012**. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2013/07/01/investimentos-chineses-no-brasil-2007-2012/>. Acesso em: 31 jun. 2025.
- CEBC. **Investimentos Chineses no Brasil 2014-2015**. Disponível em:

<https://www.cebc.org.br/2016/11/01/investimentos-chineses-no-brasil-2014-2015/>. Acesso em: 31 jun. 2025.

CEBC. **Investimentos Chineses no Brasil: 2016**. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2017/05/01/investimentos-chineses-no-brasil-2016/>. Acesso em: 31 jun. 2025.

CEBC. **Investimentos chineses no Brasil (2017)**. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2018/12/11/investimentos-chineses-no-brasil-2017/>. Acesso em: 31 jun. 2025.

CEBC. **Investimentos chineses no Brasil (2018): o quadro brasileiro em perspectiva global**. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2019/09/23/investimentos-chineses-no-brasil-2018-o-quadro-brasileiro-em-perspectiva-global/>. Acesso em: 31 jun. 2025.

CEBC. **Investimentos Chineses no Brasil – Histórico, Tendências e Desafios Globais (2007-2020)**. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2021/08/05/investimentos-chineses-no-brasil-historico-tendencias-e-desafios-globais-2007-2020/>. Acesso em: 31 jun. 2025.

CEBC. **Investimentos chineses crescem 33% no Brasil em 2023, com foco em energias verdes e carros elétricos**. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2024/09/03/investimentos-chineses-crescem-33-no-brasil-em-2023-com-foco-em-energias-verdes-e-carros-eletricos/>. Acesso em: 31 jun. 2025.

CEBC. **Número de projetos chineses no Brasil bateu recorde em 2022**. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2023/08/29/numero-de-projetos-chineses-no-brasil-bateu-recorde-em-2022/>. Acesso em: 31 jun. 2025.

CHANGES IN THE CHINESE DEVELOPMENT STRATEGY AFTER THE GLOBAL CRISIS AND ITS IMPACTS IN LATIN AMERICA. Articles • Rev. econ. contemp. 22 (01) • 2018 • <https://doi.org/10.1590/198055272214>

DOS SANTOS, R. R.; DE SOUZA, A. L. R. **O papel do consórcio nordeste para enfrentamento das mudanças climáticas no Brasil: um estudo exploratório no contexto dos ODS**. Revista de Gestão e Secretariado, [S. l.], v. 15, n. 2, p. e3517, 2024. DOI: 10.7769/gesec.v15i2.3517. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/3517>. Acesso em: 28 ago. 2025.

FAIRBANK, J. K. **China: uma nova história**. 2 ed. Porto Alegre: L&PM, 2007.

FREITAS, Higor de; BORGHI, Roberto Alexandre Zanchetta. **Investimento Estrangeiro Direto da China no Brasil: um estudo de setores selecionados**. Economia e Sociedade, [S.L.], v. 33, n. 3, p. 1-26, abr. 2024. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2024v33n3.281289>

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1961.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011 (240 p.).

HARVEY, David. **O novo imperialismo: acumulação por espoliação**. Biblioteca da CLACSO, p.109-10. Publicado originalmente em *The Socialist Register*, v.40, 2004.

HIRATUKA, C. **Chinese infrastructure projects in Brazil**. In: PETERS, E. D.; ARMONY, A.; CUI, S. (Org.). *Building development for a New Era: China's infrastructure projects in Latin America and the Caribbean*. Center for International Studies, 2018, p. 122-143.

HUANG, Yiping. **Twenty years of economic reform and structural change in the Chinese economy**. In: GARNAUT, Ross; SONG, Ligang. *Twenty years of Economic Reform*. Canberra: Anu Press, 2012. p. 95-116.

IEDI. **O efeito China no aumento das importações brasileiras**. Disponível em: https://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1297.html. Acesso em: 16 maio 2025.

JACQUES, M. **When China Rules the World**. Second edition. London: Penguin Books, 2012.

JINPING, Xi. **Full text of Xi Jinping's report at 19th CPC National Congress**. Xinhua/China Daily, 2017. Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/china/19thpcnationalcongress/2017-11/04/content_34115212.htm. Acesso em: 12/03/2025.

KOTZ, Ricardo Lopes; OURIQUES, Helton Ricardo. **A Belt and Road Initiative: uma análise sobre a projeção global da China no Século XXI**. *Estudos Internacionais*, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 96-113, jul. 2021.

KROEBER, Arthur R. **China's Economy: what everyone needs to know**. United States of America: Oxford University Press, 2016.

LEÃO, R. P. F. **O padrão de acumulação e o desenvolvimento econômico da China nas últimas três décadas: uma interpretação**. Campinas: UNICAMP, 2010. Dissertação de Mestrado.

LIQUN, Jin Jin. **How will the new Asian Infrastructure Investment Bank boost development?**. World Economic Forum, Cologny, Jan. 2016. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2016/01/how-will-the-new-asian-infrastructure-investment-bank-boost-development>. Acesso em 05 junho 2025.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 1973.

MASIERO, Gilmar. **A política industrial chinesa como determinante de sua estratégia going global**. *Revista de Economia Política*, v. 34, n. 1, p. 139-157, mar. 2014.

MINISTRY OF COMMERCE, PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **MOFCOM Department Official of Outward Investment and Economic Cooperation Comments on**

China's Outward Investment and Cooperation in 2016. Disponível em: <http://english.mofcom.gov.cn/article/newsrelease/policyreleasing/201701/20170102503092.shtml>. Acesso em: 10 maio 2025.

NAGAHAMA, Renato Hiroshi Xavier. **A figura do consórcio público no ordenamento jurídico brasileiro: leitura da dinâmica entre o Consórcio Nordeste e investimentos chineses na infraestrutura nordestina.** 2022. 134 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

NORDESTE, Consórcio. **O CONSÓRCIO.** Disponível em: <https://www.consorcionordeste.gov.br/p/o-consorcio>. Acesso em: 01 maio 2025.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Brasil-China: uma parceria predatória ou cooperativa?**. Revista Tempo do Mundo, v. 2, n. 1, p. 143-160, jan. 2016.

OURIQUES, Helton Ricardo. **As relações econômicas entre China e África: uma perspectiva sistêmica.** Carta Internacional, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 19-43, out. 2014. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/122>. Acesso em: 07/06/2025.

SANTOS, L.; MILAN, M. **Determinantes dos investimentos diretos externos chineses: aspectos econômicos e geopolíticos.** Revista Contexto Internacional, v. 36, n. 2, p. 457-486, jul./dez. 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana.** 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SARMENTO, R. J. G.; ALMEIDA, J. E. de. **Parceria sino-brasileira e a inserção do nordeste na rota dos investimentos chineses.** Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 4, p. 34314-34330, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n4-067.

SARVÁRI, Balázs; SZEIDOVICZ, Anna. **The Political Economy of the New Silk Road.** Baltic Journal of European Studies, Vol. 6, N. 1, p. 122-142, 2016.

SEGAL, Adam. **Why does everyone hate made in China 2025?** CFR, New York, 2018. Disponível em: <https://www.cfr.org/blog/why-does-everyone-hate-made-china-2025>. Acesso em 05 junho 2025.

UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE - USTR (Org.). **Trade Policy Review 2017 Report to Congress On China's WTO Compliance.** Washington, 2017. Disponível em: . Acesso em: 9 jun. 2025.

WILLIAMSON, J. **The choice of exchange rate: the relevance of international experience to China's decision.** China and World Economy, n. 13, 2005.

WU, K. **China's energy security: oil and gas.** Energy Policy, v. 73, p. 4-11, 2014.